



Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em 31 de dezembro de 2015

ÍNDICE

(Página)

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais.....	10
2. Base de preparação	20
3. Uso de estimativas e julgamentos.....	31
4. Das autorizações.....	32
5. Comercialização de energia.....	34
6. Segmentos operacionais	35
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	37
8. Outros ativos financeiros	37
9. Contas a receber de clientes.....	38
10. Impostos a recuperar.....	39
11. Adiantamentos a fornecedores.....	39
12. Cauções e depósitos vinculados	40
13. Impostos diferidos	41
14. Investimentos.....	42
15. Ativo imobilizado.....	52
16. Fornecedores.....	61
17. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	62
18. Impostos a recolher.....	69
19. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrobras.....	69
20. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.....	71
21. Provisão para custos socioambientais.....	72
22. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	73
23. Receita líquida	76
24. Custos e despesas	77
25. Resultado financeiro	78
26. Imposto de renda e contribuição social	79
27. Transações com partes relacionadas.....	80
28. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	83
29. Lucro por ação.....	93
30. Ativos classificados como mantidos para venda	93
31. Cobertura de Seguros.....	95
32. Compromissos	96
33. Transações não envolvendo caixa	96
34. Eventos subsequentes	97

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	66.147	86.599	20.369	28.598
Aplicações financeiras	7	11.744	509.018	-	171.027
Outros ativos financeiros	8	174.397	-	174.397	-
Contas a receber de clientes	9	26.655	68.627	2	-
Contas a receber - CCEE	19	-	199	-	-
Impostos a recuperar	10	14.092	15.064	10.067	8.476
Despesas antecipadas		2.112	721	736	219
Cauções e depósitos vinculados	12	51.201	40	51.201	40
Dividendos a receber	14.4	-	-	1.986	539
Adiantamentos a fornecedores	11	2.478	8.575	1.862	6.033
Outros créditos		4.453	3.812	3.088	4.118
		353.279	692.655	263.708	219.050
Ativos classificados como mantidos para venda	30	197.351	-	111.442	-
Total dos ativos circulantes		550.630	692.655	375.150	219.050
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber - CCEE	19	4.245	6.100	-	-
Partes relacionadas	27	-	-	34.608	55.063
Cauções e depósitos vinculados	12	20.514	160.487	20.511	-
Impostos diferidos	13	301	2.495	-	-
Outros créditos		115	150	115	115
Investimentos	14	1.159.551	713.312	2.594.807	1.973.507
Imobilizado em serviço	15	1.731.842	2.175.130	33.284	30.285
Imobilizado em curso	15	2.556.263	1.791.913	546.544	758.554
Total dos ativos não circulantes		5.472.831	4.849.587	3.229.869	2.817.524
TOTAL DOS ATIVOS		6.023.461	5.542.242	3.605.019	3.036.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTES					
Fornecedores	16	570.006	100.200	47.738	10.989
Empréstimos e financiamentos	17	709.938	355.442	85.979	-
Debêntures	17	52.646	884	46.230	217
Impostos a recolher	18	33.615	17.561	25.120	3.002
Salários e férias a pagar		9.058	13.974	9.058	13.974
Contas a pagar - CCEE/Elektrobras	19	2.614	22.339	-	-
Provisão para custos socioambientais	21	1.218	6.686	-	-
Outras contas a pagar		3.167	79	2.335	33
		1.382.262	517.165	216.460	28.215
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	30	114.744	-	-	-
Total dos passivos circulantes		1.497.006	517.165	216.460	28.215
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	16	31.471	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	955.307	1.917.051	-	-
Debêntures	17	654.365	572.315	492.275	498.639
Impostos diferidos	13	185.823	424	185.537	-
Contas a pagar - CCEE/Elektrobras	19	4.465	15.627	-	-
Partes relacionadas	27	-	-	82.121	-
Provisão para custos socioambientais	21	5.876	9.940	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	20	710	79	710	79
Adiantamento de cliente	27	60.522	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		1.898.539	2.515.436	760.643	498.718
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22	2.568.010	2.567.997	2.568.010	2.567.997
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		55.246	55.176	55.246	55.176
Reservas de lucros		46.417	-	46.417	-
Prejuízos acumulados		-	(71.775)	-	(71.775)
Total do patrimônio líquido		2.627.916	2.509.641	2.627.916	2.509.641
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.023.461	5.542.242	3.605.019	3.036.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA LÍQUIDA	23	409.830	302.867	1.408	101
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciações	15, 24	(84.569)	(80.380)	(5.713)	(2.305)
Custo de operação		(108.728)	(46.413)	(266)	(54)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(20.088)	(14.220)	-	-
Total	24	(213.385)	(141.013)	(5.979)	(2.359)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		196.445	161.854	(4.571)	(2.258)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(108.725)	(87.529)	(86.715)	(72.058)
Depreciações e amortizações	15, 24	(3.346)	(1.808)	(3.151)	(1.796)
Outras despesas		(16.555)	(2.672)	(12.602)	(1.436)
	24	(128.626)	(92.009)	(102.468)	(75.290)
Resultado de equivalência patrimonial	14.3	(3.662)	(24.842)	44.409	42.288
Ganho na alienação de ativos	1.4b	672.351	-	672.351	-
Perda no investimento	14.3.1.3	(279.144)	-	(279.144)	-
Outras receitas	14.4	13.406	-	13.406	-
Perda no ganho de participação em investimentos	14.3.1.1	-	(5.259)	-	(5.259)
Total		274.325	(122.110)	348.554	(38.261)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		470.770	39.744	343.983	(40.519)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		91.065	53.082	67.640	33.640
Despesas financeiras		(223.186)	(113.142)	(89.912)	(28.844)
Total	25	(132.121)	(60.060)	(22.272)	4.796
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		338.649	(20.316)	321.711	(35.723)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(34.161)	(15.925)	(17.982)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13.1	(186.296)	518	(185.537)	-
Total	26	(220.457)	(15.407)	(203.519)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		118.192	(35.723)	118.192	(35.723)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
	<u>explicativa</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		118.192	(35.723)	118.192	(35.723)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes acumulados de conversão	14.3	53.642	-	53.642	-
Realização de ajustes acumulados de conversão	14.3	(53.642)	-	(53.642)	-
Ativos disponíveis para venda	14.3	(318.588)	-	(318.588)	-
<i>Impairment</i> de ativos disponíveis para venda	14.3	318.588	-	318.588	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u><u>118.192</u></u>	<u><u>(35.723)</u></u>	<u><u>118.192</u></u>	<u><u>(35.723)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes		Recursos para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio	Reserva legal	Lucros retidos	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Ajustes acumulados de conversão	Ativos disponíveis para venda	Lucros (prejuízos) acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.017.697	(36.112)	55.066	1	-	-	-	-	-	(36.052)	1.000.600
Recursos para futuro aumento de capital	22.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.550.072	1.550.072
Aumento do capital social - emissão de ações	22.b	228	-	-	-	-	-	-	-	-	-	228
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	27.4	-	-	109	-	-	-	-	-	-	-	109
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.723)	(35.723)
Custo da emissão de ações	22.c	-	(5.645)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.645)
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	22.b	1.550.072	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.550.072)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		2.567.997	(41.757)	55.175	1	-	-	-	-	-	(71.775)	2.509.641
Aumento do capital social - emissão de ações	22.b	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	27.4	-	-	70	-	-	-	-	-	-	-	70
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	118.192	118.192
Constituição de reserva legal	22.d	-	-	-	-	2.321	-	-	-	-	(2.321)	-
Constituição de reserva de dividendos não distribuídos	22.d	-	-	-	-	-	-	11.024	-	-	(11.024)	-
Constituição de reserva de lucros	22.d	-	-	-	-	-	33.072	-	-	-	(33.072)	-
Outros resultados abrangentes:												
Ajustes acumulados de conversão	14.3	-	-	-	-	-	-	-	53.642	-	-	53.642
Realização de ajustes acumulados de conversão	14.3	-	-	-	-	-	-	-	(53.642)	-	-	(53.642)
Ativos disponíveis para venda	14.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(318.588)	-	(318.588)
Impairment de ativos disponíveis para venda	14.3	-	-	-	-	-	-	-	-	318.588	-	318.588
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.568.010	(41.757)	55.245	1	2.321	33.072	11.024	-	-	-	2.627.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		118.192	(35.723)	118.192	(35.723)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação	15, 24	87.915	82.188	8.864	4.101
Encargos sobre mútuo (líquido)	25, 27	-	-	(454)	(670)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	15	12.459	4.008	10.478	4.008
Ganho na alienação de ativos	1.4b	(723.729)	-	(723.729)	-
Perda no investimento	14.3.1.3	279.144	-	279.144	-
Outras receitas	14.4	(13.406)	-	(13.406)	-
Provisão para custos na alienação de ativos		20.295	-	20.295	-
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17.4	201.930	110.012	77.723	27.313
Apropriação dos custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17.4	2.198	1.061	1.055	406
Juros sobre aplicações financeiras e cauções		(28.048)	(33.435)	(7.483)	(13.047)
Variação do valor justo reconhecido no resultado	8, 25	(59.828)	-	(59.828)	-
Provisão líquida CCEE/Eletrabras	19.1	(19.120)	15.212	-	-
Impostos diferidos	13.1	187.416	(1.123)	185.537	-
Despesa referente a pagamentos baseados em ações	27.4	70	109	70	109
Provisão para gratificações a pagar		5.011	10.594	5.011	10.594
Perda no ganho de participação societária	14.3.1.1	-	5.259	-	5.259
Atualização da provisão para custos socioambientais	21.1	616	-	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	20	631	-	631	-
Resultado de equivalência patrimonial	14.3	3.662	24.842	(44.409)	(42.288)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		21.759	(47.704)	(2)	1
Impostos a recuperar		(2.195)	(4.313)	(1.591)	(1.149)
Despesas antecipadas		(1.435)	1.617	(517)	1.261
Adiantamentos a fornecedores		5.258	(3.510)	4.171	(2.772)
Outros créditos		(2.306)	(2.560)	1.030	(2.866)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		129.644	20.998	16.454	8.716
Impostos a recolher		34.650	18.021	22.118	1.552
Salários e férias a pagar		(9.927)	(5.085)	(9.927)	(5.085)
Contas a pagar CCEE/Eletrabras	19.1	(11.230)	(4.151)	-	-
Outras contas a pagar		3.098	(95)	2.302	29
Adiantamento de clientes		60.522	-	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(11.277)	(8.009)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17.4	(129.505)	(192.624)	(37.283)	(81.183)
Pagamentos de contingências	20	-	(8)	-	(8)
Dividendos recebidos	14.4	14.818	11.494	14.406	35.879
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		177.282	(32.925)	(131.148)	(85.562)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	14.3, 33	-	-	(17.377)	(180.645)
Recursos para futuro aumento de capital	14.3.2	-	-	(620.977)	-
Baixa de investimento	14.3.2	-	-	99.908	-
Recebimento na alienação de ativos	1.4b	451.000	-	451.000	-
Aplicações financeiras		501.270	(244.474)	178.510	(157.981)
Cauções e depósitos vinculados		(76.371)	7.417	(71.672)	452
Aquisição de imobilizado	15, 33	(1.298.955)	(776.572)	(76.154)	(620.390)
Pagamento de imobilizado adquirido em períodos anteriores		(63.441)	(226.657)	-	-
Mútuo com partes relacionadas - concedidos		-	-	(34.608)	(56.458)
Mútuo com partes relacionadas - recebidos		-	-	54.972	29.082
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(486.497)	(1.240.286)	(36.398)	(985.940)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de ações	22.b	13	810.357	13	810.357
Custo na emissão de ações	22.c	-	(5.645)	-	(5.645)
Valores recebidos de empréstimos, financiamentos e debêntures	17.4	707.448	958.525	144.949	500.000
Custos na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	17.4	(13.822)	(3.149)	(8.311)	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	17.4	(404.199)	(517.912)	(60.000)	(301.883)
Mútuo com partes relacionadas - ingresso		-	-	82.666	64
Mútuo com partes relacionadas - pagamento		-	-	-	(13.479)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		289.440	1.242.176	159.317	989.414
Efeito em caixa e equivalentes na consolidação de investida	14.3.1	-	(14.964)	-	-
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(19.775)	(45.999)	(8.229)	(82.088)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	86.599	132.598	28.598	110.686
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7, 30.2	66.824	86.599	20.369	28.598
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(19.775)	(45.999)	(8.229)	(82.088)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
RECEITAS					
Vendas de energia	23	428.903	315.533	1.602	116
Receitas relativas à construção de ativos próprios		64.323	126.585	42.412	51.401
Outras receitas		672.351	-	672.351	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(129.013)	(60.633)	(260)	(53)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(85.293)	(69.250)	(61.677)	(52.549)
Perda no investimento	14.3.1.3	(279.144)	-	(279.144)	-
Valor adicionado bruto		672.127	312.235	375.284	(1.085)
Depreciação	15, 24	(87.915)	(82.188)	(8.864)	(4.101)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		584.212	230.047	366.420	(5.186)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	14.3	(3.662)	(24.842)	44.409	42.288
Outras receitas	14.4	13.406	-	13.406	-
Receitas financeiras		95.023	59.474	67.640	33.640
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		688.979	264.679	491.875	70.742
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		35.995	29.596	34.296	29.596
Honorários da diretoria	27.3	10.330	8.738	10.330	8.738
Benefícios		8.521	6.381	8.521	6.381
FGTS		3.796	2.594	3.796	2.594
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		250.918	37.669	215.101	8.999
Estaduais		-	4	-	4
Municipais		45	-	45	-
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		246.525	209.509	93.367	45.249
Aluguéis		4.650	3.606	4.186	3.606
Outros		10.007	2.305	4.041	1.298
Lucros retidos (prejuízo) do exercício		118.192	(35.723)	118.192	(35.723)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		688.979	264.679	491.875	70.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em milhares de Reais

1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. (“Renova” ou “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“BOVESPA”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em construção e em pré-operação (“Grupo Renova”):

		% Participação			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
PCH	Consolidação				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a) Integral	100,00	-	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A.	(b) Integral na Enerbras	-	99,99	-	99,99
Renova PCH LTDA.	(c) Integral	99,00	-	99,00	-
Chiplely SP Participações S.A. (Holding)	(d) Integral	99,99	-	100,00	-

		% Participação			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Eólico	Consolidação				
Nova Renova Energia S.A. (Holding) (**)	(e) Integral	-	-	99,99	-
Bahia Eólica Participações S.A. (Holding) (**)	(e) Integral na Nova Renova	-	-	-	100,00
Centrais Eólicas Candiba S.A. (**)	(f) Integral na Bahia Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Igarorã S.A. (**)	(f) Integral na Bahia Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Ilhéus S.A. (**)	(f) Integral na Bahia Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A. (**)	(f) Integral na Bahia Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Pindaí S.A. (**)	(f) Integral na Bahia Eólica	-	-	-	99,99

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Salvador Eólica Participações S.A. (Holding) ^(**)	(e) Integral na Nova Renova	-	-	-	100,00
Centrais Eólicas Alvorada S.A. ^(**)	(f) Integral na Salvador Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Guanambi S.A. ^(**)	(f) Integral na Salvador Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Guirapá S.A. ^(**)	(f) Integral na Salvador Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A. ^(**)	(f) Integral na Salvador Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A. ^(**)	(f) Integral na Salvador Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Planaltina S.A. ^(**)	(f) Integral na Salvador Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A. ^(**)	(f) Integral na Salvador Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Rio Verde S.A. ^(**)	(f) Integral na Salvador Eólica	-	-	-	99,99
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A. ^(**)	(f) Integral na Salvador Eólica	-	-	-	99,99
Nova Energia Holding S.A. (Holding)	(e) Integral	99,99	-	-	-
Renova Eólica Participações S.A. (Holding)	(e) Integral na Nova Energia	-	100,00	-	100,00
Centrais Eólicas da Prata S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Morrão S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Serafina S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tanque S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Ametista S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Borgo S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Caetité S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Dourados S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Espigão S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Maron S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pilões S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	-	99,99	-	99,99
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)	(e) Integral na Alto Sertão	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	(i) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	(j) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozo S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Jataí S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	(k) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(e) Integral	-	99,00	-	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	(l) Integral na Bela Vista XIV	99,00	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	(k) Integral	99,99	-	100,00	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Ico S.A.	(k) Integral	99,99	-	100,00	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Bela Vista XVI LTDA.	(k) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA.	(n) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	(n) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	(n) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XVI LTDA.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	(m) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 7 LTDA.	(o) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 8 LTDA.	(o) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 9 LTDA.	(o) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 10 LTDA.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 11 LTDA.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 12 LTDA.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 13 LTDA.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

		% Participação			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Eólico	Consolidação				
Centrais Eólicas Umburanas 14 LTDA.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 15 LTDA.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 16 LTDA.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Centrais Eólicas Umburanas 18 LTDA.	(l) Integral	99,00	-	99,00	-
Parque Eólico Iansã LTDA	(l) Integral	99,99	-	-	-
		% Participação			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Comercialização	Consolidação				
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(p) Integral	100,00	-	100,00	-
		% Participação			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Holding	Consolidação				
Renovapar S.A.	(q) Integral	100,00	-	100,00	-
Espra Holding S.A.	(q) Integral	99,00	-	-	-
Bahia Holding S.A.	(q) Integral	99,00	-	-	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(q) Integral	99,99	-	-	-
		% Participação			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
PCH	Controle compartilhado não consolidado				
Brasil PCH S.A.	(r) Indireto pela Chipley	-	51,00	-	51,00
		% Participação			
		31/12/2015		31/12/2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Holding	Investida				
TerraForm Global, Inc.	(s) Direto	11,42	-	-	-

(**) em setembro de 2015 esses ativos foram alienados/permutados, conforme nota 1.4.

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., (“Espra”).
- (b) Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”). A Espra entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica. A empresa está em fase pré-operacional.
- (d) Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.

- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2009 (“LER 2009”). Em setembro de 2015 esses ativos foram alienados/permutados, conforme nota 1.4.
- (g) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2010 (“LER 2010”).
- (h) Sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011 (A-3)”).
- (i) Centrais Eólicas São Salvador S.A. (“São Salvador”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico São Salvador, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2012 (“LEN 2012 (A-5)”). O parque eólico está em fase de implantação.
- (j) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”). Os parques eólicos estão em fase implantação.
- (k) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção comercializada no mercado livre. Os parques eólicos estão em fase implantação.
- (l) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica. Essas empresas estão em fase de implantação.
- (m) Controladas diretas, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2013 (“LEN 2013 (A-5)”). Essas companhias estão em fase de implantação.
- (n) Controladas diretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”). Os parques eólicos estão em fase implantação.
- (o) Controladas diretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2014 (“LEN 2014 (A-5)”). Essas companhias estão em fase de implantação.

- (p) Renova Comercializadora de Energia S.A. (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (q) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (r) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.
- (s) TerraForm Global, Inc. (“TerraForm” ou “TerraForm Global”) é uma empresa globalmente diversificada orientada para pagamento de dividendos, constituída para deter e operar ativos de geração de energia limpa em mercados emergentes com alto crescimento.

1.1 Entrada da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG GT”) no bloco de controle da Companhia

Em 29 setembro de 2014, a CEMIG GT subscreveu e integralizou 87.186.035 ações ordinárias da Renova, no valor total de R\$1.550.072, mediante a capitalização de AFAC, no valor de R\$810.129, realizado em 31 de março de 2014 e através da cessão à Renova do crédito relativo ao AFAC realizado na Chipley em 14 de fevereiro de 2014, no valor de R\$739.943.

Após a subscrição e integralização foi celebrado novo Acordo de Acionistas entre Cemig GT, RR Participações e Light Energia.

No dia 27 de outubro de 2014, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi homologado o aumento de capital realizado pela CEMIG GT que subscreveu e integralizou 87.186.035 ações ordinárias da Renova, no valor total de R\$1.550.072, sendo R\$810.129 mediante capitalização do AFAC feito na Companhia e R\$739.943 mediante cessão, à Companhia, do AFAC realizado pela CEMIG GT na Chipley.

Além da CEMIG GT, houve o exercício dos direitos de preferência de 10.866 ações ordinárias pelos demais acionistas da Companhia, totalizando 87.196.901 ações ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando R\$1.550.265.

1.2 Aquisição de controle compartilhado da Brasil PCH

Conforme fatos relevantes emitidos pela Renova nos dias 8 de agosto de 2013 e 28 de outubro de 2013, a subsidiária da Companhia, Chipley SP Participações S.A. adquiriu em 14 de fevereiro de 2014 51% das ações da Brasil PCH, compartilhando seu controle. A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

O preço total de aquisição da Brasil PCH foi de R\$754.906, que compreende: (i) R\$739.943 pagos em 14 de fevereiro de 2014; (ii) R\$23.522 pagos em 14 de agosto de 2014 como ajuste do preço de aquisição; reduzido de (iii) R\$8.559 relativos ao reconhecimento e recebimento de dividendos originalmente devidos aos vendedores das ações da Brasil PCH.

Por ser uma companhia de controle compartilhado, a participação da Chiplely na Brasil PCH é registrada por equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

Informações adicionais sobre a aquisição da controlada em conjunto Brasil PCH

a) Considerações transferidas

	Brasil PCH
Considerações transferidas:	
Caixa transferido em caixa e equivalentes de caixa diretamente aos acionistas	739.943
Ajuste de preço	23.522
Dividendos originalmente devidos aos vendedores das ações da Brasil PCH	(8.559)
Caixa líquido de aquisição	<u>754.906</u>

b) Alocação do preço de compra

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

A alocação do preço de compra de acordo com as normas contábeis aplicáveis em combinação de negócios foi realizada no quarto trimestre de 2014 a qual foi suportada por laudo de avaliação elaborado por empresa independente em conjunto com análises conduzidas pela Administração da Companhia. A contabilização inicial da aquisição da Brasil PCH foi efetuada para a data-base de 31 de janeiro de 2014 e os valores justos dos ativos e passivos da Brasil PCH na data de aquisição estão abaixo demonstrados:

	<u>Brasil PCH</u>
<u>Ativos</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	131.139
Contas a receber	34.047
Imobilizado	1.593.984
Intangível – contrato de concessão	1.785.877
Outros ativos	118.517
Total dos ativos	<u>3.663.564</u>
<u>Passivos e patrimônio líquido</u>	
Fornecedores	11.017
Empréstimos e financiamentos	1.327.522
Impostos diferidos	687.101
Outros passivos	<u>157.716</u>
Patrimônio líquido	1.480.208
Total dos passivos e do patrimônio líquido	<u>3.663.564</u>

1.3 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2010, LEN 2011 (A-3) e LER 2013

LER 2010 e LEN 2011 (A-3) - Os parques tiveram seu início de período de suprimento concatenado com a operação comercial das respectivas linhas de transmissão, as quais não eram de responsabilidade da

Companhia. Assim, os parques do LER 2010 entraram em operação comercial em outubro de 2014 e do total de nove parques do LEN 2011 (A-3), quatro parques entraram em operação em março de 2015 e os outros cinco parques entraram em operação em janeiro de 2016 (vide nota 34.1).

LER 2013 - Os Contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1 de setembro de 2015, contudo estão atrasados com previsão de entrada em operação em 2016. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide nota 19).

1.4 Operação com TerraForm Global

a) Descrição da operação

Conforme fatos relevantes divulgados pela Companhia nos dias 7 de maio, 15 de julho e 18 de setembro de 2015, a Companhia realizou operação de alienação e permuta de certos ativos assim como outros acordos (“Operação”) com a TerraForm e companhias ligadas segregadas em duas fases:

A primeira fase da operação, anunciada no dia 7 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Espra pelo valor de R\$136.000, mediante pagamento em dinheiro;

(ii) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor contratual de R\$451.000, mediante pagamento em dinheiro; e

(iii) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das controladas da Companhia que detiverem os ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor contratual de R\$1.026.000, por 20.327.499 ações Classe A da TerraForm Global, sendo que o preço por ação da oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global (i.e. US\$15,00 por ação) foi utilizado como base dessa permuta.

Os valores acima estão sujeitos aos ajustes contemplados nos respectivos contratos.

A segunda fase da operação, aprovada e celebrada em 15 de julho de 2015, foi cancelada conforme fato relevante publicado em 1 de dezembro de 2015.

O fechamento da alienação dos projetos da Espra (três PCHs com 41,8 MW de capacidade instalada) à TerraForm Global ainda está sujeito ao cumprimento de determinadas obrigações.

b) Fechamento da primeira fase da operação

No dia 18 de setembro de 2015, a Companhia celebrou o fechamento parcial da primeira fase da operação com a TerraForm Global, com a conclusão da alienação/permuta dos projetos Bahia e Salvador. A data de reconhecimento contábil da alienação foi considerada para fins de mensuração do valor justo da permuta do projeto Salvador o qual é composto do valor justo das 20.327.499 (vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil, quatrocentos e noventa e nove) ações da TerraForm no valor de R\$716.259 acrescido do valor justo da opção de venda de 7.000.000 (sete milhões) de ações (conforme detalhado na nota 1.4d e nota 8) e no montante de R\$128.767. Abaixo demonstramos o valor do ganho em toda operação sem considerar os efeitos tributários:

Descrição	Bahia	Salvador	Total
Valor da venda	451.000	845.026	1.296.026
Custo do investimento	(215.333)	(356.964)	(572.297)
Ganho antes dos outros custos e provisões	235.667	488.062	723.729
Outros custos na venda			(38.143)
Provisões para garantias (vide nota 1.4c)			(13.235)
Ganho na venda			672.351

c) Cauções, garantias e respectivas provisões relativas à operação

Conforme determinado em contrato, parte dos recursos recebidos pela Companhia, em razão da alienação dos ativos do projeto Bahia, e parte das ações da TerraForm Global recebidas pela Renova, em razão da permuta dos ativos do projeto Salvador, encontram-se depositadas em contas garantia (*escrow account*), sujeita a compromissos para cumprimento de determinadas obrigações contratuais. Abaixo relacionamos os compromissos assim como detalhamos seus efeitos na nota 12.

Descrição	Projeto	Instituição	Valor R\$ mil ^(*)	Vencimento
Garantia referente a quantidade de energia gerada ⁽ⁱ⁾	Bahia	J.P. Morgan	20.511	31/01/2017
Garantia referente a reparos dos parques ⁽ⁱⁱ⁾	Bahia	J.P. Morgan	16.220	18/12/2016
Garantia da 3ª emissão de debêntures da Renova ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Bahia/Salvador	Citibank	32.752	31/01/2016
Total de garantias em caução dinheiro			69.483	

(*) Valor atualizado em 31 de dezembro de 2015.

Descrição	Projeto	Instituição	Quantidade de ações	Vencimento
Garantia referente a quantidade de energia gerada ⁽ⁱ⁾	Salvador	Citibank	792.495	31/01/2017
Garantia referente a reparos dos parques ⁽ⁱⁱ⁾	Salvador	Citibank	313.333	18/12/2016
Garantia da 3ª emissão de debêntures da Renova ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Salvador	Citibank	19.221.671	31/01/2016
Total das garantias em ações da TerraForm			20.327.499	

Abaixo relacionamos as principais garantias:

- (i) Garantia referente a estimativa de produção média de energia – garantia utilizada para assegurar a estimativa de produção média de energia adotada pelas partes nos contratos da operação. O contrato da operação com a TerraForm determina que a estimativa de produção média de energia futura a ser produzida pelos parques serão objeto de análise e confirmação por consultores independentes com base no modelo “P-50” e as possíveis

diferenças com a energia informada em contrato 861.998 MWh por ano será ajustada considerando um efeito de até R\$40.000, considerando os termos contratuais.

- (ii) Garantia referente a reparos dos parques: conforme contrato relativo à Operação com a TerraForm a Renova é responsável por realizar certos reparos nos parques (“*remediation Items*”) às custas da própria Renova. De forma a garantir o cumprimento desses reparos foi depositado em conta vinculada o montante de R\$16.220 além de 313.333 ações da TerraForm.
- (iii) Garantias referente as debêntures: essas garantias servem para assegurar a desalienação de bens e direitos vinculados à 3ª emissão de debêntures da Companhia. De acordo com o contrato de fechamento da primeira fase da Operação com a TerraForm, a Companhia é obrigada a substituir a garantia vinculada à 3ª emissão de debêntures corporativa (ver nota 17.6c) a qual é representada pelo fluxo de dividendos oriundos das SPes controladas pela Bahia Eólica e Salvador Eólica. Como as garantias não foram substituídas até 25 de setembro de 2015, o contrato determina que os possíveis dividendos a serem pagos pela TerraForm relativos ao terceiro e quarto trimestres de 2015 ficarão retidos em contas vinculadas até a conclusão da substituição. As garantias foram substituídas em janeiro de 2016, conforme detalhado na nota 34.3.

Com base na análise da administração da Companhia foi estimado o montante esperado de efeito no resultado relativo às garantias caucionadas nos itens (i) e (ii) conforme abaixo discriminado:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Garantia relativa à quantidade de energia gerada	10.000
Garantia relativa à manutenção dos parques	3.235
Total	<u>13.235</u>

d) Contrato de opção de venda com a SunEdison (controladora da TerraForm)

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato prevendo uma opção de venda para a Renova e uma opção de compra para a SunEdison, por meio da qual, a partir de 31 de março de 2016 a Companhia terá a opção de alienar com a SunEdison até 7 milhões das ações da TerraForm Global recebidas pela Renova por conta do fechamento da permuta dos ativos do projeto Salvador descrito anteriormente; e a SunEdison terá a opção de adquirir da Renova, até 7 milhões das ações da TerraForm. O preço efetivo quando do exercício da opção de venda ou de compra será de R\$50,48 ou US\$15,00.

A Companhia precificou a opção considerando o modelo matemático de *Black-Scholes* e a expectativa futura da taxa de câmbio. Na data de fechamento da operação, 18 de setembro de 2015, o valor justo da opção foi de R\$ 128.767 e para 31 de dezembro de 2015, foi de R\$174.397, conforme detalhado na nota 8.

e) Contrato de gestão de ativos (*Asset Management Agreement*)

Em 18 de setembro de 2015 a Companhia assinou contrato de prestação de serviços de gestão de ativos com TerraForm para gerir os ativos alienados na Operação (Bahia Eólica e Salvador Eólica). Pela prestação deste serviço a Renova receberá um valor anual de R\$3.639 e ficará responsável pela gestão diária das operações, gestão de contratos, gestão financeira, contábil e demais gestões constantes no contrato. Em 31 de dezembro de 2015, a receita reconhecida é de R\$ 910 (vide nota 23).

- f) Eventos posteriores à aquisição ocorridos no 4º trimestre de 2015

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 1º de dezembro de 2015, a TerraForm anunciou a desistência da aquisição de projetos em desenvolvimento da Renova que previa a permuta de ações da TerraForm por ações de subsidiárias da Companhia com um pipeline de R\$ 13,4 bilhões, referente a segunda fase da operação. Adicionalmente, a SunEdison desistiu de adquirir a participação que a Light detém na Renova o que permitiria entrar no bloco de controle da mesma.

1.5 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante consolidado da Companhia é de R\$1.497.006, enquanto o ativo circulante é de R\$550.630. O capital circulante líquido negativo é em função, principalmente, do empréstimo-ponte assinado com o BNDES no valor de R\$500.000. O empréstimo-ponte possui vencimento em 15 de junho de 2016 ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia, o que ocorrer primeiro.

A Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluem: a) estruturação de empréstimos com prazos mais longos e adequado às necessidades atuais. A Companhia está em entendimentos finais para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$823.000 com o BNDES que irá substituir o empréstimo-ponte tomado, e o restante será utilizado para conclusão das obras relacionadas ao projeto, liberando assim o caixa da Companhia. A expectativa da Companhia é que esta liberação ocorra no segundo trimestre de 2016; b) o aumento de capital na Renova no valor de até R\$ 731.248, cujos aportes devem ocorrer até maio de 2016 (vide nota 34.4), reforçando o caixa da Companhia; c) Contrato de Suporte de Acionistas assinado em 26 de fevereiro de 2016, no qual os acionistas do bloco de controle se obrigam a aportar recursos na Companhia caso haja insuficiência de recursos disponíveis para o pagamento da 2ª e das demais parcelas dos juros remuneratórios das Debêntures nas respectivas datas de pagamento; d) reestruturação e redução dos gastos administrativos; e e) postergação de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa da Companhia.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Pronunciamento Técnico – CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis; emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, identificadas como “Controladora” ou “individuais”.
- b) As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e a norma internacional IAS 1 – “*Presentation of Financial Statements*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*” (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”) e identificadas como “Consolidado”.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foi aprovada para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2016.

2.2 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Conforme nota 1.4 certos ativos foram alienados no exercício de 2015, desta forma qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras deve levar em consideração essas circunstâncias.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os ativos e passivos do investimento sediado no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Companhia, são convertidos pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desse investimento no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

2.4 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1.
Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das companhias controladas, direta e indiretamente;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras entre as companhias consolidadas.

Conforme nota explicativa 1.4, os ativos operacionais alienados foram consolidados no resultado até setembro de 2015.

2.5 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos pelo Grupo na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por: ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - *Impostos sobre a Renda* e IAS 19 - *Benefícios aos Empregados* (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33 (R1)), respectivamente; passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 (equivalente ao CPC 10 (R1)) na data de aquisição; e ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - *Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas* (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.6 Investimentos em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture.

A Companhia descontinua o uso do método de equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento deixa de ser uma coligada ou joint venture ou quando o investimento é classificado como mantido para venda. Quando a Companhia detém uma participação na coligada ou joint venture antiga e a participação detida é um ativo financeiro, a Companhia mensura a participação detida pelo valor justo naquela data e o valor justo é considerado seu valor justo no reconhecimento inicial de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38). A diferença entre o valor contábil da

coligada na data em que o uso do método de equivalência patrimonial é descontinuado e o valor justo de qualquer participação detida e quaisquer resultados da alienação parcial da participação na coligada ou joint venture é incluída na determinação do ganho ou da perda.

2.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2.8 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

2.9 Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.10 Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

2.11 Acordos de pagamentos baseados em ação

O plano de remuneração baseado em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 27.4. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

No caso dos pagamentos baseados em ações que são liquidados em caixa, um passivo é inicialmente registrado proporcionalmente ao valor justo dos produtos e serviços recebidos. No fim de cada período de relatório, o passivo é atualizado com base em seu valor justo e as mudanças são registradas no resultado do exercício.

2.12 Tributação (nota 26)

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.12.1 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.12.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.13 Ativo imobilizado (nota 15)

2.13.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

2.13.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

A medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidos o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

2.14 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.15 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrerem ou capitalizadas quando aplicável.

2.16 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17 Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota 28)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.17.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ii) investimentos mantidos até o vencimento, iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

2.17.1.1 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria é “outros ativos financeiros” (nota 8), caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota 7).

2.17.1.2 Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)
- Contas a receber de clientes (nota 9);
- Contas a receber CCEE (nota 19);
- Cauções e depósitos vinculados (nota 12); e
- Transações com partes relacionadas (nota 27).

2.17.1.3 Disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no exterior, e que estão registrados no ativo não circulante. Os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irrecuperável.

Perda (*impairment*) de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia possui investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (*fair value*),

baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (NASDAQ). De acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

Considerando a volatilidade nas cotações das Ações TERG, a Companhia avalia se na data de fechamento das demonstrações financeiras existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Companhia avalia se a queda no valor de mercado das Ações TERG deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da Companhia, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda igual ou superior a 20% no seu valor de mercado (“Queda Significativa”) ou a partir de uma queda inferior à Queda Significativa, porém superior à 5% do seu valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses (“Queda Prolongada”). Se uma Queda Significativa ou uma Queda Prolongada no valor de mercado do instrumento for apurada, a correspondente parcela acumulada classificada anteriormente em outros resultados abrangentes deve ser registrada no resultado do exercício a título de *impairment*.

2.17.2 Passivos financeiros

2.17.2.1 Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 16);
- Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 17);
- Provisão para custos socioambientais (nota 21)
- Contas a pagar – CCEE /Eletrobras (nota 19); e
- Transações com partes relacionadas (nota 27).

2.17.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

2.17.4 Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.18 Informações por segmentos operacionais (nota 6)

Os resultados que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

2.19 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas e individuais, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte

integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

2.20 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

2.20.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2015 a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2015. As principais alterações da Companhia são:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Melhorias anuais aos IFRSs: Ciclo 2010-2012	Mudanças ao IFRS 2 – Definições de condições de <i>vesting</i> , mercado e performance, IFRS 3 – Descreve mudanças na medição de considerações contingentes, IFRS 8 – Requer divulgações do julgamento da administração na aplicação do conceito de agregação, IFRS 13 – mensuração de valores a receber e a pagar de curto prazo, IAS 16 e IAS 38 – reavaliação de ativos e IAS 24 – Divulgação de entidades prestando serviços de gerenciamento.
Melhorias anuais aos IFRSs: Ciclo 2011-2013	Mudanças ao IFRS 1 – Define as versões do IFRS que podem ser usados na adoção inicial, IFRS 3 – Clarifica que estão excluídas do escopo a formação de acordo conjunto; IFRS 13 – Clarifica a exceção do parágrafo 52, IAS 40 – Clarifica a inter-relação do IFRS 3 e IAS 40 em certos casos.
Modificações ao IAS 19 – Plano de Benefício Definidos	Clarifica como contribuições devem ser mostradas como redução do custo de serviço.

Em 12 de agosto de 2014, o IASB publicou alterações no IAS 27, incluindo o método de equivalência patrimonial como umas das opções contábeis para avaliação de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras separadas. Essas alterações serão efetivas para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada.

Em dezembro de 2014, o CPC editou e emitiu documento de que altera os Pronunciamentos Técnicos CPC 18, CPC 35 e CPC 37, incorporando no Brasil as alterações introduzidas pelo IASB no IAS 27, o qual foi aprovado pela CVM por meio da Deliberação nº 733/14, para demonstrações financeiras elaboradas a partir de dezembro de 2014.

A Companhia adotou este pronunciamento, embora não haja efeitos práticos, uma vez que para a elaboração das demonstrações financeiras individuais já adotava o método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com esta alteração, ficou eliminada a diferença entre os CPCs e IFRSs em relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas nas demonstrações financeiras individuais.

2.20.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Aplicável a
períodos anuais
com início
em/ou após:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	
Melhorias anuais às IFRS: Ciclo 2012-2014	Mudanças à IFRS 5 - Situações de mantido para venda ou distribuição; IFRS 7 - Clarificação se um contrato de serviço representa envolvimento contínuo em um ativo transferido; IAS 9 Considerações sobre a taxa de desconto do benefício pós-emprego e IAS 34.	1/1/2016
Melhorias anuais aos IFRSs: Ciclo 2011-2013	Mudanças ao IFRS 1 – Define as versões do IFRS que podem ser usados na adoção inicial, IFRS 3 – Clarifica que estão excluídas do escopo a formação de acordo conjunto; IFRS 13 – Clarifica a exceção do parágrafo 52, IAS 40 – Clarifica a inter-relação do IFRS 3 e IAS 40 em certos casos.	1/1/2016
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	1/1/2018
Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i>	Requer reconhecimento no resultado nas demonstrações financeiras do investidor da venda ou contribuição que constitua um negócio (IFRS 3), e reconhecimento parcial no resultado na extensão que não constitui um negócio.	1/1/2016
Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicação da Exceção para Consolidação.	Esclarece a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas envolvendo entidades de investimento.	1/1/2016
Modificações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto.	Requer de um adquirente de operação conjunta cuja operação constitua um negócio (IFRS 3) a aplicar todo o conceito de combinação de negócios, exceto pelos conceitos em conflito com IFRS 11.	1/1/2016
Modificações às IAS 16 e IAS 38 - Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização.	Clarifica que o uso de depreciação e amortização pela curva da receita é inapropriado.	1/1/2016
IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes	Implementa um modelo com base em princípios; um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduce também novas divulgações.	1/1/2018
IFRS 16 – Arrendamento mercantil	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo.	1/1/2019

A Companhia não espera efeito material relativo à adoção das normas.

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Receita líquida (nota 23)
- Ativo imobilizado (nota 15);
- Contas a pagar/receber CCEE e Eletrobras (nota 19);
- Provisão para custos socioambientais (nota 21)
- Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 20);
- Transações com partes relacionadas - Plano de opção de pagamentos baseados em ações (nota 27); e
- Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota 28).

4. Das autorizações

4.1 Mercado regulado (ACR)

<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Data da portaria</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	177	25/03/2011	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	241	07/04/2011	35 anos	31,86 MW
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	268	20/04/2011	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Serafina S.A.	LER 05/2010	332	27/05/2011	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	330	26/05/2011	35 anos	30,00 MW
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	161	18/03/2011	35 anos	23,52 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	135	14/03/2012	35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	222	13/04/2012	35 anos	20,16 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	167	21/03/2012	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	130	13/03/2012	35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	172	22/03/2012	35 anos	10,08 MW
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	107	08/03/2012	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	168	21/03/2012	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	128	13/03/2012	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011 (A-3)	171	22/03/2012	35 anos	18,48 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	LEN 06/2012 (A-5)	162	22/05/2013	35 anos	22,40 MW
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. (Umburanas 1)	LEN 10/2013 (A-5)	390	01/08/2014	35 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. (Umburanas 2)	LEN 10/2013 (A-5)	397	04/08/2014	35 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. (Umburanas 3)	LEN 10/2013 (A-5)	398	04/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. (Umburanas 4)	LEN 10/2013 (A-5)	388	01/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. (Umburanas 5)	LEN 10/2013 (A-5)	389	04/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. (Umburanas 6)	LEN 10/2013 (A-5)	415	12/08/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. (Umburanas 7)	LEN 10/2013 (A-5)	550	27/11/2013	35 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. (Umburanas 8)	LEN 10/2013 (A-5)	551	27/11/2013	35 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. (Umburanas 9)	LEN 10/2013 (A-5)	400	04/08/2014	35 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. (Umburanas 10)	LEN 10/2013 (A-5)	399	04/08/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. (Umburanas 11)	LEN 10/2013 (A-5)	407	08/08/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. (Umburanas 12)	LEN 10/2013 (A-5)	433	21/08/2014	35 anos	22,80 MW
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. (Umburanas 13)	LEN 10/2013 (A-5)	434	21/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. (Umburanas 14)	LEN 10/2013 (A-5)	435	21/08/2014	35 anos	24,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. (Umburanas 15)	LEN 10/2013 (A-5)	436	21/08/2014	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A. (Umburanas 16)	LEN 10/2013 (A-5)	437	21/08/2014	35 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A. (Umburanas 18)	LEN 10/2013 (A-5)	438	21/08/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda. (Umburanas 17)	LEN 6/2014 (A-5)	382	03/07/2015	35 anos	24,3 MW
Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda. (Umburanas 19)	LEN 6/2014 (A-5)	343	04/08/2015	35 anos	25,8 MW
Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda. (Umburanas 21)	LEN 6/2014 (A-5)	342	04/08/2015	35 anos	24,3 MW
Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda. (Umburanas 23)	LEN 6/2014 (A-5)	341	04/08/2015	35 anos	16,5 MW
Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda. (Umburanas 25)	LEN 6/2014 (A-5)	340	04/08/2015	35 anos	17,1 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	14,7 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Pau Santo)	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,00 MW

- Continua -

- Continuação -

<u>UFV (Usina Fotovoltaica)</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Portaria MME</u>	<u>Data da portaria</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Itapua IV Ltda. (Caetité I)	LER 08/2014	246	01/06/2015	01/06/2050	29,75 MW
Centrais Eólicas Itapua IV Ltda. (Caetité II)	LER 08/2014	245	01/06/2015	01/06/2050	29,75 MW
Centrais Eólicas Itapua V Ltda. (Caetité IV)	LER 08/2014	244	01/06/2015	01/06/2050	29,75 MW
Centrais Eólicas Itapua V Ltda. (Caetité V)	LER 08/2014	243	01/06/2015	01/06/2050	10,5 MW

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

4.2 Mercado livre (ACL)

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	35 anos	13,5 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	35 anos	21,6 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	35 anos	16,2 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	35 anos	16,5 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	35 anos	16,2 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	35 anos	16,2 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	35 anos	18,9 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	35 anos	13,5 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	35 anos	21,6 MW
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	ACL (Light I)	5096	26/03/2015	35 anos	13,5 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	35 anos	21,9 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	35 anos	12 MW
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	ACL (Mercado livre I)	5124	01/04/2015	35 anos	8,1 MW
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	ACL (Mercado livre I)	5128	01/04/2015	35 anos	13,5 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado livre III)	5125	01/04/2015	35 anos	14,4 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado livre III)	5126	01/04/2015	35 anos	18 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	ACL (Light II)	5094	26/03/2015	35 anos	13,5 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	ACL (Light II)	5090	26/03/2015	35 anos	5,7 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda.	ACL (Light II)	5101	26/03/2015	35 anos	21,6 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	ACL (Light II)	5086	26/03/2015	35 anos	6 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	ACL (Light II)	5089	26/03/2015	35 anos	18,9 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda.	ACL (Light II)	5102	26/03/2015	35 anos	24,3 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda.	ACL (Light II)	5170	27/04/2015	35 anos	19,2 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	ACL (Light II)	5097	26/03/2015	35 anos	18 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A.	ACL (Light II)	5100	26/03/2015	35 anos	8,1 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A.	ACL (Light II)	5083	26/03/2015	35 anos	21,6 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	ACL (Light II)	5095	26/03/2015	35 anos	27 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A.	ACL (Light II)	5082	26/03/2015	35 anos	18,9 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A.	ACL (Mercado livre II)	5118	01/04/2015	35 anos	18,9 MW
Centrais Eólicas Calianira S.A.	ACL (Mercado livre II)	5119	01/04/2015	35 anos	5,4 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	ACL (Mercado livre II)	5121	01/04/2015	35 anos	6 MW
Centrais Eólicas Ico S.A.	ACL (Mercado livre II)	5122	01/04/2015	35 anos	10,8 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	ACL (Mercado livre II)	5123	01/04/2015	35 anos	20,1 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda.	ACL (Mercado livre II)	5171	27/04/2015	35 anos	10,8 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	ACL (Mercado livre II)	5127	01/04/2015	35 anos	14,7 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	ACL (Mercado livre II)	5120	01/04/2015	35 anos	14,7 MW

5. Comercialização de energia

5.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Pequenas centrais hidrelétricas:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	172.450	65.174	121,35	226,35	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	153.243	57.903	121,35	226,35	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	219.008	41.084	121,35	226,35	jul/08	jun/28	IGP-M	junho
Geração de energia eólica										
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	169,42	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	169,42	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	CCEE	312.486	128.772	121,25	169,42	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Serafina S.A.	LER 05/2010	CCEE	325.241	134.028	121,25	169,42	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	169,42	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	169,42	nov/2014 ^(**)	ago/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ametista S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	238.148	121.764	101,53	123,52	fev/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Borgo S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	166.189	84.972	100,73	122,54	jul/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Caetité S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	245.001	125.268	100,90	122,75	jul/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Dourados S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	226.155	115.632	100,87	122,72	fev/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Espigão S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	83.951	42.924	102,07	124,18	jul/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Maron S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	236.434	120.888	101,32	123,26	fev/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	202.168	103.368	101,23	123,16	jul/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Píloes S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	224.441	114.756	100,09	121,77	fev/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.(*)	LEN 02/2011	Distribuidoras	152.483	77.964	99,69	121,29	jul/15 ^(**)	abr/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	LEN 06/2012	Distribuidoras	158.583	89.352	88,68	112,03	jan/17	dez/36	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	122,73	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	136.979	60.444	113,70	132,64	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	75.789	34.164	111,30	129,84	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha de Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	175.459	84.972	103,60	120,86	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.011	39.420	104,38	121,77	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Cerrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	172.488	83.220	103,99	121,31	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	186.909	88.476	105,99	123,65	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.406	64.824	104,80	122,26	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	197.191	93.732	105,55	123,13	set/15	ago/35	IPCA	setembro
CRNV&M (Umburanas 1) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	98.245	123.516	119,83	127,51	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 2) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	99.774	121.764	119,80	127,47	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 3) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	83.590	85.848	120,92	128,67	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 4) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	82.621	84.972	121,46	129,25	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 5) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	81.692	81.468	121,60	129,39	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 6) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	71.979	98.988	120,27	127,97	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 7) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	28.764	98.988	121,52	129,30	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 8) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	28.169	109.500	119,43	127,09	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 9) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	72.059	75.336	121,95	129,76	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 10) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	82.967	91.104	119,87	127,55	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 11) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	67.410	63.072	120,85	128,60	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 12) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	92.611	102.492	120,15	127,85	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 13) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	81.843	87.600	119,93	127,62	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 14) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	108.051	104.244	121,30	129,08	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 15) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	81.086	82.344	121,41	129,19	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 16) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	97.626	111.252	121,60	129,39	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
CRNV&M (Umburanas 18) (*)	LEN 10/2013	Distribuidoras	35.807	36.792	120,64	128,37	mai/18	dez/37	IPCA	janeiro
Renova Energia S.A. (Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	139,61	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	139,61	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Quina)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	139,61	out/17	set/37	IPCA	novembro
CRNV&M 2 (Umburanas 17) (*)	LEN 06/2014	Distribuidoras	13.623	99.864	136,42	145,97	jan/19	dez/38	IPCA	julho
CRNV&M 2 (Umburanas 19) (*)	LEN 06/2014	Distribuidoras	14.101	103.368	136,42	145,97	jan/19	dez/38	IPCA	julho
CRNV&M 2 (Umburanas 21) (*)	LEN 06/2014	Distribuidoras	12.309	90.228	136,42	145,97	jan/19	dez/38	IPCA	julho
CRNV&M 2 (Umburanas 23) (*)	LEN 06/2014	Distribuidoras	8.485	62.196	136,42	145,97	jan/19	dez/38	IPCA	julho
CRNV&M 2 (Umburanas 25) (*)	LEN 06/2014	Distribuidoras	8.963	65.700	136,42	145,97	jan/19	dez/38	IPCA	julho
UFV (Usina Fotovoltaica)										
Renova Energia S.A. (Caetité I)	LER 10/2014	CCEE	251.049	56.940	220,30	221,42	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Caetité II)	LER 10/2014	CCEE	251.049	56.940	220,30	221,42	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Caetité IV)	LER 10/2014	CCEE	251.049	56.940	220,30	221,42	out/17	set/37	IPCA	novembro
Renova Energia S.A. (Caetité V)	LER 10/2014	CCEE	88.833	20.148	220,30	221,42	out/17	set/37	IPCA	novembro

* Inclui ICB (Índice de custo benefício) e CEC (Custo econômico de curto prazo) no preço.

** Data original concatenada conforme Despacho nº 1.317, de 28/04/2014 e Despacho nº 571, de 11/03/2014.

5.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre, com os parques em construção, que totalizam 1.233,6MW de capacidade instalada, conforme quadro abaixo:

Parques	Fonte	Capacidade instalada (MW*)	Energia Vendida (MW médio*)
Light I	Eólica	200,7	100,2
Light II	Eólica	199,8	100,2
Mercado livre I	Eólica	21,6	11,0
Mercado livre II	Eólica	98,1	50,0
Mercado livre III	Eólica	32,4	15,0
PPA Cemig ^(**)	Eólica	676,2	354,0
Híbrido	Solar	4,8	1,0
		<u>1.233,6</u>	<u>631,4</u>

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(**) Considera 100% de participação no projeto, uma vez que a CEMIG não exerceu seu direito para aquisição de 50% do ativo.

6. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Este segmento inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação para comparabilidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.
- Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Os parques vencedores do LER 2009 tornaram-se aptos a operar no segundo semestre de 2012. Em setembro de 2015 esses parques foram vendidos/permutados, conforme nota 1.4. Os parques vencedores do LER 2010 entraram em operação comercial em 11 de outubro de 2014. Quatro parques do LEN 2011 (A-3) entraram em operação comercial em 4 de março de 2015 e os outros cinco parques entraram em operação comercial em 1 de janeiro de 2016 (vide nota 1.3).
- Solar – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fonte solar. Inclui medições, desenvolvimento de projetos solares de geração em larga escala e de geração distribuída e também venda de mercadorias e serviços.
- Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas.

As informações por segmento em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

31/12/2015						
	PCH	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	25.508	328.387	498	54.527	910	409.830
Custos não gerenciáveis	(457)	(19.631)	-	-	-	(20.088)
Margem Bruta	25.051	308.756	498	54.527	910	389.742
Custos gerenciáveis	(12.225)	(60.072)	(266)	(62.127)	(99.318)	(234.008)
Ganho na alienação de ativos	-	-	-	-	672.351	672.351
Resultado de equivalência patrimonial	3.980	-	-	-	(7.642)	(3.662)
Perda no investimento	-	-	-	-	(279.144)	(279.144)
Outras receitas	-	-	-	-	13.406	13.406
Depreciação	(1.858)	(77.193)	-	-	(8.864)	(87.915)
Receita financeira	5.806	17.280	(1)	340	67.640	91.065
Despesa financeira	(8.361)	(124.280)	(15)	(618)	(89.912)	(223.186)
Imposto de renda e contribuição social	(2.596)	(14.342)	-	-	(203.519)	(220.457)
Lucro (prejuízo) líquido	9.797	50.149	216	(7.878)	65.908	118.192
Ativos totais	913.678	3.720.807	64.523	14.903	1.309.550	6.023.461
Passivos totais	114.886	2.278.551	37.249	69.341	895.518	3.395.545

31/12/2014						
	PCH	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	22.565	263.169	101	17.032	-	302.867
Custos não gerenciáveis	(463)	(13.757)	-	-	-	(14.220)
Margem Bruta	22.102	249.412	101	17.032	-	288.647
Custos gerenciáveis	(7.970)	(36.517)	(83)	(18.578)	(73.466)	(136.614)
Resultado de equivalência patrimonial	(24.842)	-	-	-	-	(24.842)
Perda no ganho de participação em investimentos	(5.259)	-	-	-	-	(5.259)
Depreciação	(5.578)	(74.814)	-	-	(1.796)	(82.188)
Receita financeira	4.046	16.434	-	61	32.541	53.082
Despesa financeira	(8.093)	(76.576)	-	(57)	(28.416)	(113.142)
Imposto de renda e contribuição social	(2.343)	(13.064)	-	-	-	(15.407)
Lucro (prejuízo)	(27.937)	64.875	18	(1.542)	(71.137)	(35.723)
Ativos totais	981.678	3.584.003	559	6.303	969.699	5.542.242
Passivos totais	119.027	2.382.689	-	3.952	526.933	3.032.601

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa		27	22	14	9
Bancos conta movimento		46.984	56.898	542	785
Aplicações financeiras		38.229	538.697	19.813	198.831
		85.240	595.617	20.369	199.625
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	30.2	(677)	-	-	-
Aplicações financeiras	30.2	(6.672)	-	-	-
Total		77.891	595.617	20.369	199.625
Apresentados como:					
Caixa e equivalentes de caixa		66.147	86.599	20.369	28.598
Aplicações financeiras		11.744	509.018	-	171.027
Total		77.891	595.617	20.369	199.625

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa de operações compromissadas, remunerados a taxas que variam de 93,10% até 100,84% do CDI. As aplicações financeiras correspondentes a fundos de investimento que não tem característica de caixa e equivalentes de caixa foram classificadas na linha de aplicações financeiras.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota 28.

8. Outros ativos financeiros

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Companhia terá a opção de alienar para a SunEdison até 7.000.000 (sete milhões) das ações da TerraForm Global recebidas pela Companhia em decorrência do fechamento da primeira fase da operação mencionada na nota 1.4. O preço de venda das ações foi determinado em R\$50,48 (cinquenta reais e quarenta e oito centavos) ou US\$15,00 (quinze dólares) convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabelece também opção de compra pela SunEdison das mesmas 7.000.000 (sete milhões de ações) com as mesmas características acima mencionadas.

A Companhia precificou a opção considerando o modelo matemático de *Black-Scholes* e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito. Conforme mencionado na nota 1.4, na data de fechamento da operação, 18 de setembro de 2015, o valor justo da opção foi de R\$ 128.767 e para 31 de dezembro de 2015, foi de R\$174.397, demonstrado a seguir:

**Controladora e
Consolidado**

Valor justo em 18 de setembro de 2015	128.767
Variação do valor justo no período reconhecido no resultado (vide nota 25)	59.828
Perda estimada em crédito de ações	(14.198)
Total em 31 de dezembro de 2015	<u>174.397</u>

A perda estimada em crédito de ações foi constituída com base no modelo de risco definido pela Diretoria da Companhia que tem como parâmetro ativos similares para a mesma contraparte.

9. Contas a receber de clientes

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Eletrobras		2.814	4.744	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		9.883	60.957	-
Outros		16.772	2.926	2
		29.469	68.627	2
Transferência para ativos mantidos para venda	30.2	(2.814)	-	-
Total		26.655	68.627	2

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 são compostos por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

10. Impostos a recuperar

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRRF a compensar		3.751	3.610	1.875	8.138
Saldo a compensar IRPJ		9.938	9.534	8.134	-
COFINS a compensar		458	615	-	31
IRRF sobre aplicação financeira		56	582	39	289
CSLL a compensar		128	552	13	3
PIS a compensar		100	134	-	8
Outros impostos a recuperar		6	37	6	7
		14.437	15.064	10.067	8.476
Transferência para ativos mantidos para venda	30.2	(345)	-	-	-
Total		14.092	15.064	10.067	8.476

11. Adiantamentos a fornecedores

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos a fornecedores		2.627	8.575	1.862	6.033
Transferência para ativos mantidos para venda	30.2	(149)	-	-	-
Total		2.478	8.575	1.862	6.033

Esses adiantamentos são relativos a antecipação por serviços jurídicos e outros para a Companhia, bem como para a manutenção dos parques das controladas.

12. Cauções e depósitos vinculados

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cauções e depósitos vinculados		86.329	160.527	71.712	40
Transferência para ativos mantidos para venda	30.2	(14.614)	-	-	-
Total		71.715	160.527	71.712	40
Apresentados como:					
Circulante		51.201	40	51.201	40
Não circulante		20.514	160.487	20.511	-
Total		71.715	160.527	71.712	40

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhamento do saldo das cauções e depósitos vinculados é apresentado no quadro abaixo:

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado	
				31/12/2015	31/12/2014
Renova	Outros	-	Aluguel de imóvel/outros itens	2.229	40
Renova	Garantia ^(b)	Citibank	Relacionada a alienação de ativos	32.752	-
Renova	Garantia ^(b)	J P Morgan	Relacionada a alienação de ativos	16.220	-
			Total circulante	51.201	40
LER 2009	Reserva Especial ^(a)	Citibank	Financiamento BNDES	-	101.111
LER 2009	Reserva O&M ^(a)	Citibank	Financiamento BNDES	-	4.536
LER 2009	Reserva SD ^(a)	Citibank	Financiamento BNDES	-	41.908
Espra	Garantia ^(a)	BNB	Financiamento BNB	14.614	12.932
Renova Eólica	Garantia	Itaú	Debêntures	3	-
Renova	Garantia ^(b)	J P Morgan	Relacionada a alienação de ativos	20.511	-
			Transferência para ativos mantidos para venda	(14.614)	-
			Total não circulante	20.514	160.487

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Controladora	
				31/12/2015	31/12/2014
Renova	Outros	-	Aluguel de imóvel/outros itens	2.229	40
Renova	Garantia ^(b)	Citibank	Relacionada a alienação de ativos	32.752	-
Renova	Garantia ^(b)	J P Morgan	Relacionada a alienação de ativos	16.220	-
			Total circulante	51.201	40
Renova	Garantia ^(b)	J P Morgan	Relacionada a alienação de ativos	20.511	-
			Total não circulante	20.511	-

Os saldos referem-se a aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, com taxas que variam entre 96,68% a 98% do CDI, vinculadas ao financiamento do BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") e relacionadas a alienação de ativos (vide nota 1.4c).

a. A aplicação relacionada ao financiamento da Espra somente poderá ser movimentada pela Companhia mediante autorização expressa do BNB. Com a alienação dos ativos descrita na nota 1.4, as cauções e depósitos vinculados relacionados ao BNDES, não fazem mais parte dos ativos da Companhia.

b. Essas aplicações referem-se a reserva que a controladora deverá manter durante os prazos determinados no âmbito do contrato de compra e venda de ativos, para garantir o cumprimento de certas obrigações contratuais (vide nota 1.4c).

13. Impostos diferidos

Nota explicativa	Consolidado				Controladora
	Ativo		Passivo		Passivo
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
PIS diferido	191	251	28	41	-
COFINS diferida	879	1.158	127	189	-
IRPJ diferido	660	669	136.509	126	136.425
CSLL diferida	243	417	49.159	68	49.112
Total	1.973	2.495	185.823	424	185.537
Transferência para ativos mantidos para venda	30.2	(1.672)	-	-	-
	301	2.495	185.823	424	185.537

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota 19). Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

Adicionalmente, foram constituídos impostos diferidos relacionados à permuta de ações do Projeto Salvador pelas ações da TerraForm (vide nota 1.4).

13.1 Movimentação líquida (ativo e passivo) do IRPJ e CSLL diferidos

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2013	374	-
Movimentação líquida	518	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	892	-
Movimentação líquida	(186.296)	(185.537)
Saldos vinculados aos ativos alienados	639	-
Transferência para ativos mantidos para venda	765	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(184.000)	(185.537)

14. Investimentos

14.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
PCH				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	2.470	110.866
Renova PCH LTDA.	-	-	248	3
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	-	-	719.183	709.949
Brasil PCH S.A.	715.879	713.312	-	-
Eólico				
Nova Renova Energia S.A.	-	-	-	1.071.110
Nova Energia Holding S.A.	-	-	500.252	-
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	-	-	527.966	46.968
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	-	-	7.572	2.955
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	-	-	8.100	2.728
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	-	-	9.411	2.682
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	-	-	8.684	2.415
Centrais Eólicas Conquista S.A.	-	-	8.744	2.326
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	-	-	7.548	2.085
Centrais Eólicas Tingui S.A.	-	-	8.184	2.007
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	-	-	5.545	1.358
Centrais Eólicas Macambira S.A.	-	-	7.317	1.958
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	-	-	7.914	1.933
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	-	-	6.852	1.594
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	-	-	5.647	1.350
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	-	-	4.871	1.310
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	-	-	5.271	1.218
Centrais Eólicas Ico S.A.	-	-	5.447	1.185
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	-	-	3.683	807
Centrais Eólicas Calianra S.A.	-	-	4.328	606
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	-	-	2.650	595
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	-	-	2.533	548
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	-	-	2.945	538
Centrais Eólicas Itapuã VLTDA.	-	-	270	190
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	-	-	251.684	95
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	-	-	2.058	-
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	-	-	229	-
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	-	-	327	97
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	-	-	198	-
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	-	-	236	-
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	-	-	144	-
Centrais Eólicas Umburanas 7 S.A.	-	-	218	-
Centrais Eólicas Umburanas 8 S.A.	-	-	102	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	-	-	27.273	(323)
Outras participações (*)	-	-	182	3
Comercialização				
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	(5.151)	2.351
Outros				
TerraForm Global, Inc. (**)	443.672	-	443.672	-
Total	1.159.551	713.312	2.594.807	1.973.507

(*) Demais empresas listadas na Nota 1

(**) vide nota 14.3.1.2.

14.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas e controlada em conjunto estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/12/2015						31/12/2014					
	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) no exercício**	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) no exercício**
PCH												
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	2.470	2.447	5.493	5.170.101	100,00	101.955	110.866	15.966	2.697
Renova PCH LTDA.	31.875	99,00	32	248	-	(5)	31.875	99,00	32	3	-	(6)
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	1.200	99,99	739.944	719.183	-	4.307	1.200	100,00	1	709.949	-	(24.736)
Eólico												
Nova Renova Energia S.A.	-	-	-	-	-	46.057	870.083.000	99,99	870.083	1.071.110	-	70.011
Salvador Holding S.A.	-	-	-	-	-	17.787	-	-	-	-	-	-
Nova Energia Holding S.A.	-	-	-	500.252	-	(5.749)	-	-	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	12.163.808	99,99	12.164	527.966	-	(7.213)	12.163.808	99,99	12.164	46.968	-	(1.598)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	100	99,00	-	7.572	-	(9)	100	99,00	-	2.955	-	(23)
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	21.197	99,00	21	8.100	-	3	21.197	99,00	21	2.728	-	(6)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	100	99,00	-	9.411	-	(9)	100	99,00	-	2.682	-	(33)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	100	99,00	-	8.684	-	(9)	100	99,00	-	2.415	-	(47)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	100	99,00	-	8.744	-	(5)	100	99,00	-	2.326	-	(6)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	100	99,00	-	7.548	-	(6)	100	99,00	-	2.085	-	(8)
Centrais Eólicas Tingui S.A.	100	99,00	-	8.184	-	(11)	100	99,00	-	2.007	-	(207)
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	100	99,00	-	5.545	-	(6)	100	99,00	-	1.358	-	(10)
Centrais Eólicas Macambira S.A.	10.000	99,00	10	7.317	-	(10)	10.000	99,00	10	1.958	-	(26)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	100	99,00	-	7.914	-	(47)	100	99,00	-	1.933	-	(188)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	100	99,00	-	6.852	-	(59)	100	99,00	-	1.594	-	(26)
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	10.000	99,00	10	5.647	-	(9)	10.000	99,00	10	1.350	-	(16)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	100	99,00	-	4.871	-	(5)	100	99,00	-	1.310	-	(6)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	100	99,00	-	5.271	-	(23)	100	99,00	-	1.218	-	(19)

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2015						31/12/2014					
	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) no exercício**	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) no exercício**
Eólico												
Centrais Eólicas Ico S.A.	10.000	99,99	10	5.447	-	(10)	10.000	100,00	10	1.185	-	(13)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	100	99,00	-	3.683	-	(14)	100	99,00	-	807	-	(60)
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	10.000	99,99	10	4.328	-	(63)	10.000	100,00	10	606	-	(43)
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	100	99,00	-	2.650	-	(9)	100	99,00	-	595	-	(15)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	-	99,00	-	2.533	-	(6)	100	99,00	10	548	-	(8)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	100	99,00	-	2.945	-	(1)	100	99,00	-	538	-	(145)
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17)
Centrais Eólicas Abil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(140)
Centrais Eólicas Acácia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34)
Centrais Eólicas Angico S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(158)
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47)
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100)
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)
Centrais Eólicas Tabua S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(160)
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(126)
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75)
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(117)
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(109)
Centrais Eólicas Angelim S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Centrais Eólicas Facheio S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32)
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Centrais Eólicas Jatá S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Centrais Eólicas Amescla S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2015						31/12/2014					
	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) no exercício**	Quantidade total de ações	Participação Renova (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro (prejuízo) no exercício**
Eólico												
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19)
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	100	99,00	-	270	-	(9)	100	99,00	-	190	-	(7)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	10.000	99,00	10	251.684	-	(38)	10.000	99,00	10	95	-	1
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	-	99,00	-	2.058	-	(48)	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	-	99,00	-	229	-	(41)	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	-	99,00	-	327	-	(36)	-	99,00	-	97	-	5
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	-	99,00	-	198	-	(34)	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	-	99,00	-	236	-	(36)	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	-	99,00	-	144	-	(5)	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 7 S.A.	-	99,00	-	218	-	(14)	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umburanas 8 S.A.	-	99,00	-	102	-	(5)	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	51.130	99,00	51	27.273	-	(50)	51.130	99,00	51	(323)	-	(323)
Renovapar S.A.	100	100,00	-	-	-	-	100	100,00	100	-	-	(4)
Outras participações (*)	-	-	-	182	-	(126)	-	-	-	3	-	(65)
Comercialização												
Renova Comercializadora de Energia S.A.	58.377	100,00	58	(5.151)	-	(7.877)	58.377	100,00	58	2.351	-	(1.542)

(*) Demais empresas listadas na Nota 1.

(**) Considerando a participação da Companhia.

14.3 Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas, investidas e em controlada em conjunto é a seguinte:

14.3.1 Consolidado

Companhia	31/12/2013	AFAC	Equivalência patrimonial Chipley jan - set(*)	Eliminação consolidado	Perda no ganho de participação	Cessão de crédito	Equivalência patrimonial Brasil PCH out - dez (*)	Amortização da mais valia out - dez(*)	Dividendos recebidos	31/12/2014
Chipley / Brasil PCH S.A.	-	739.943	(7.887)	(739.943)	(5.259)	754.907	(7.787)	(9.168)	(11.494)	713.312

(*) Valores reconhecidos na demonstração do resultado na linha de equivalência patrimonial, no total de R\$24.842.

Companhia	31/12/2014	Adição	Equivalência patrimonial		Dividendos recebidos	Provisão para perda no investimento	Ajustes de conversão de investida no exterior	31/12/2015
			Resultado	Amortização da mais valia				
Brasil PCH S.A.	713.312	-	40.282	(36.303)	(1.412)	-	-	715.879
Terraform Global Inc (**)	-	716.259	(7.641)	-	-	(318.588)	53.642	443.672
Total	713.312	716.259	32.641	(36.303)	(1.412)	(318.588)	53.642	1.159.551

(**) Vide nota 14.3.1.2

O efeito caixa quando da consolidação da Chipley, a partir de outubro de 2014, é de R\$14.964.

14.3.1.1 Variação em participação societária

Até 30 de setembro de 2014, a Companhia detinha o controle compartilhado da Chipley com 60% de participação. A partir de outubro de 2014, a CEMIG GT concluiu a operação mencionada na nota 1.1, e a Renova passou a deter a totalidade das ações. Os efeitos da variação no percentual de participação na Chipley estão demonstrados a seguir:

Demonstrativo da perda no ganho de participação societária na Chipley

Participação até 30 de setembro de 2014	60%
Participação após 30 de setembro de 2014	<u>100%</u>
Participação ganha	40%
Patrimônio líquido da Chipley em 30 de setembro de 2014	<u>(13.145)</u>
Perda no ganho de participação	<u>(5.259)</u>

14.3.1.2 Critério de valorização do investimento

A Companhia permutou 100% das ações de suas subsidiárias relativas ao Projeto Salvador por 11,42% de participação na TerraForm Global e, conforme estabelecido em contrato, a Companhia tem o direito de indicar um membro para o Conselho da TerraForm. Após análise das características do investimento na TerraForm, considerando os requisitos para consideração de coligada, a administração concluiu que esse investimento se caracteriza como uma coligada por ter influência significativa na TerraForm. Desta forma, a participação da Companhia na TerraForm foi reconhecida em 30 de setembro de 2015 pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com o IAS 28 / CPC 18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Diante dos fatos mencionados na nota 1.4.f, a Companhia concluiu que para 31 de dezembro de 2015, apesar de ainda ter direito a indicar um conselheiro, ela entende que não mais tem influência significativa sobre o investimento na TerraForm, conforme item 9 do CPC 18 (R2) pois perdeu a sua capacidade de envolvimento quando deixou de ser um parceiro estratégico com a desistência da Fase II e da não entrada da SunEdison no bloco de controle da Renova. Assim, para 31 de dezembro de 2015, o investimento na TerraForm não mais é classificado como uma coligada e seu reconhecimento contábil não mais é registrado pelo método de equivalência patrimonial e sim pelo valor justo além de ser classificado como ativo financeiro disponível para venda marcado a mercado e registrado como outros investimentos permanentes, conforme artigo 179 da Lei societária.

Como consequência, o ajuste acumulado de conversão, no montante de R\$53.642, anteriormente classificado em outros resultados abrangentes, foi realizado para o resultado do exercício, assim como os dividendos recebidos.

14.3.1.3 Perda (*impairment*) de ativos disponíveis para a venda

Em dezembro de 2015, após a volatilidade negativa na cotação das ações da TerraForm (GLBL), a Companhia avaliou e concluiu que as perdas acumuladas no trimestre registradas em outros resultados abrangentes, no valor de R\$318.588 devem ser reclassificadas para o resultado do exercício na linha de Perda no investimento juntamente com outros valores abaixo demonstrados:

<i>Impairment</i> de ativos disponíveis para venda	(318.588)
Ajustes acumulados de conversão reclassificado para o resultado (nota 14.3.1.2)	53.642
Perda estimada em créditos da opção (nota 8)	(14.198)
Perda no investimento	<u>(279.144)</u>

14.3.1.4 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto. Em 14 de fevereiro de 2014 a Chipley adquiriu participação de 51% na Brasil PCH S.A. e com o novo Acordo de Acionistas obteve controle compartilhado deste empreendimento.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as demonstrações financeiras da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>ATIVOS CIRCULANTES</u>			<u>PASSIVOS CIRCULANTE</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	122.545	85.855	Empréstimos e financiamentos	189.350	170.099
Outros ativos circulantes	<u>31.112</u>	<u>49.340</u>	Outros passivos circulantes	<u>80.650</u>	<u>128.153</u>
Total dos ativos circulantes	153.657	135.195	Total dos passivos circulantes	270.000	298.252
<u>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</u>			<u>PASSIVOS NÃO CIRCULANTE</u>		
Imobilizado	1.132.951	1.171.028	Empréstimos e financiamentos	883.777	950.957
Outros ativos não circulantes	<u>68.233</u>	<u>100.321</u>	Outros passivos não circulantes	<u>43.355</u>	<u>60.310</u>
Total dos ativos não circulantes	1.201.184	1.271.349	Total dos passivos não circulantes	927.132	1.011.267
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	157.709	97.025
TOTAL DO ATIVO	<u>1.354.841</u>	<u>1.406.544</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.354.841</u>	<u>1.406.544</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE 1 DE FEVEREIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E PARA O EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	<u>31/12/2015</u>	<u>01/02/2014</u> a <u>31/12/2014</u>
RECEITA LÍQUIDA	348.610	202.325
CUSTOS DOS SERVIÇOS		
Depreciações	(35.104)	(32.390)
Custo de operação	(43.230)	(33.719)
Encargos de uso do sistema de distribuição	<u>(5.558)</u>	<u>(4.745)</u>
Total	(83.892)	(70.854)
LUCRO BRUTO	<u>264.718</u>	<u>131.471</u>
RECEITA (DESPESAS)		
Gerais e administrativas	(6.117)	(16.089)
Depreciações e amortizações	<u>(7.739)</u>	<u>(7.135)</u>
Total	(13.856)	(23.224)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	<u>250.862</u>	<u>108.247</u>
RESULTADO FINANCEIRO	(154.389)	(94.321)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>96.473</u>	<u>13.926</u>
Imposto de renda e contribuição social	(9.915)	(9.041)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / PERÍODO	<u>86.558</u>	<u>4.885</u>

14.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2013	Transferência	Adições	AFAC	Ganho (perda) de participação	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2014	Adições	AFAC***	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão de investidas no exterior	Cisão e incorporação	Baixa de investimento	Provisão para perda no investimento	Transferência para ativos mantidos para venda	31/12/2015
PCH																		
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	124.135	-	-	-	-	(15.966)	2.697	110.866	-	-	(2.447)	5.493	-	-	-	-	(111.442)	2.470
Renova PCH LTDA.	-	-	5	4	-	-	(6)	3	-	250	-	(5)	-	-	-	-	-	248
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	-	-	1	739.943	(5.259)	-	(24.736)	709.949	4.927	-	-	4.307	-	-	-	-	-	719.183
Eólico																		
Nova Renova Energia S.A.	858.291	-	72.908	69.900	-	-	70.011	1.071.110	35.705	-	-	46.057	-	(937.539)	(215.333)	-	-	-
Salvador Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.787	-	339.177	(356.964)	-	-	-
Nova Energia Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.547	-	(5.749)	-	598.362	(99.908)	-	-	500.252
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	-	12.164	-	36.402	-	-	(1.598)	46.968	-	488.211	-	(7.213)	-	-	-	-	-	527.966
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	1	-	-	2.977	-	-	(23)	2.955	-	4.626	-	(9)	-	-	-	-	-	7.572
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	1	-	-	2.733	-	-	(6)	2.728	-	5.369	-	3	-	-	-	-	-	8.100
Centrais Eólicas Alcauz S.A.	1	-	-	2.714	-	-	(33)	2.682	-	6.738	-	(9)	-	-	-	-	-	9.411
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	1	-	-	2.461	-	-	(47)	2.415	-	6.278	-	(9)	-	-	-	-	-	8.684
Centrais Eólicas Conquista S.A.	(2)	-	-	2.334	-	-	(6)	2.326	-	6.423	-	(5)	-	-	-	-	-	8.744
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(1)	-	-	2.094	-	-	(8)	2.085	-	5.469	-	(6)	-	-	-	-	-	7.548
Centrais Eólicas Tingui S.A.	1	-	-	2.213	-	-	(207)	2.007	-	6.188	-	(11)	-	-	-	-	-	8.184
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	(1)	-	-	1.369	-	-	(10)	1.358	-	4.193	-	(6)	-	-	-	-	-	5.545
Centrais Eólicas Macambira S.A.	-	-	-	1.984	-	-	(26)	1.958	-	5.369	-	(10)	-	-	-	-	-	7.317
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	-	-	-	2.121	-	-	(188)	1.933	-	6.028	-	(47)	-	-	-	-	-	7.914
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	-	-	-	1.620	-	-	(26)	1.594	-	5.317	-	(59)	-	-	-	-	-	6.852
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	-	-	-	1.366	-	-	(16)	1.350	-	4.306	-	(9)	-	-	-	-	-	5.647
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	(2)	-	-	1.318	-	-	(6)	1.310	-	3.566	-	(5)	-	-	-	-	-	4.871
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	(2)	-	-	1.239	-	-	(19)	1.218	-	4.076	-	(23)	-	-	-	-	-	5.271
Centrais Eólicas Ico S.A.	-	-	-	1.198	-	-	(13)	1.185	-	4.272	-	(10)	-	-	-	-	-	5.447
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	-	-	-	867	-	-	(60)	807	-	2.890	-	(14)	-	-	-	-	-	3.683
Centrais Eólicas Calianira S.A.	-	-	-	649	-	-	(43)	606	-	3.785	-	(63)	-	-	-	-	-	4.328
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	1	-	-	609	-	-	(15)	595	-	2.064	-	(9)	-	-	-	-	-	2.650
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	(2)	-	-	558	-	-	(8)	548	-	1.991	-	(6)	-	-	-	-	-	2.533
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	-	-	-	683	-	-	(145)	538	-	2.408	-	(1)	-	-	-	-	-	2.945
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	266	(801)	552	-	-	-	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Abil S.A.	10	(677)	807	-	-	-	(140)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Acácia S.A.	10	(533)	557	-	-	-	(34)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Angico S.A.	10	(286)	305	-	-	-	(29)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	10	(644)	792	-	-	-	(158)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	10	(337)	374	-	-	-	(47)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	10	(646)	736	-	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	10	(693)	712	-	-	-	(29)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2013	Transferência	Adições	AFAC	Ganho (perda) de participação	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	31/12/2014	Adições	AFAC***	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão de investidas no exterior	Cisão e incorporação	Baixa de investimento	Provisão para perda no investimento	Transferência para ativos mantidos para venda	31/12/2015
Eólico																		
Centrais Eólicas Tabua S.A.	10	(370)	520	-	-	-	(160)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	29	(660)	757	-	-	-	(126)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	1	(342)	416	-	-	-	(75)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.	(1)	(246)	364	-	-	-	(117)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	-	(544)	653	-	-	-	(109)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Angelim S.A.	-	(616)	615	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Facheiro S.A.	-	(467)	475	-	-	-	(8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	(1)	(378)	411	-	-	-	(32)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	-	(460)	458	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	-	(540)	538	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jataí S.A.	1	(465)	472	-	-	-	(8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	-	(464)	463	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.	-	(386)	384	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	-	(611)	630	-	-	-	(19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	(1)	(494)	505	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	1	(504)	533	-	-	-	(30)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapua V LTDA.	-	-	-	197	-	-	(7)	190	-	89	-	(9)	-	-	-	-	-	270
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	-	-	-	94	-	-	1	95	249.928	1.699	-	(38)	-	-	-	-	-	251.684
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	7	2.099	-	(48)	-	-	-	-	-	2.058
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	7	263	-	(41)	-	-	-	-	-	229
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	-	-	-	92	-	-	5	97	-	266	-	(36)	-	-	-	-	-	327
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	7	225	-	(34)	-	-	-	-	-	198
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	7	265	-	(36)	-	-	-	-	-	236
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	7	142	-	(5)	-	-	-	-	-	144
Centrais Eólicas Umburanas 7 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	9	223	-	(14)	-	-	-	-	-	218
Centrais Eólicas Umburanas 8 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	10	97	-	(5)	-	-	-	-	-	102
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(1)	-	-	1	-	-	(323)	(323)	-	27.646	-	(50)	-	-	-	-	-	27.273
Renovapar S.A.	(16)	-	-	20	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras participações (*)	(2)	-	-	70	-	-	(65)	3	81	224	-	(126)	-	-	-	-	-	182
Comercialização																		
Renova Comercializadora de Energia S.A.	1	-	19	3.873	-	-	(1.542)	2.351	-	375	-	(7.877)	-	-	-	-	-	(5.151)
Outros																		
TerraForm Global, Inc.	-	-	-	-	-	-	-	-	716.259	-	-	(7.641)	53.642	-	-	(318.588)	-	443.672
Total	982.779	-	85.962	883.703	(5.259)	(15.966)	42.288	1.973.507	1.006.954	620.977	(2.447)	44.409	53.642	-	(672.205)	(318.588)	(111.442)	2.594.807

(*) Demais empresas listadas na Nota 1

(***) Os AFACs tem características de irrevogabilidade, irrevogabilidade e irreversibilidade. Os valores não são corrigidos e serão capitalizados.

14.4 Movimentação dos dividendos a receber

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	20.452
Dividendos propostos	11.494	15.966
Dividendos recebidos	(11.494)	(35.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	539
Dividendos propostos	14.818	15.853
Dividendos recebidos	(14.818)	(14.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	1.986

Em 31 de dezembro de 2015 a controlada Enerbrás possuía dividendos a pagar no valor de R\$1.986 (31 de dezembro de 2014, R\$539). Esses valores encontram-se registrados na rubrica de dividendos a receber no grupo ativo circulante da Controladora.

A movimentação dos dividendos a receber contempla também os dividendos propostos e recebidos da TerraForm, no valor de R\$13.406 o qual foi reconhecido no resultado do exercício e da Brasil PCH, no valor de R\$1.412 reconhecido no investimento.

14.5 Reestruturação societária

Em agosto de 2015, foi aprovado a cisão parcial da controlada Nova Renova, onde uma parcela do seu patrimônio líquido foi incorporada em parte pela Salvador Holding S.A. (“Salvador Holding”) e em parte pela Nova Energia Holding S.A. (“Nova Energia”), ambas controladas direta da Renova Energia.

Em setembro de 2015, com a conclusão da venda dos ativos do LER 2009, as controladas Salvador Holding (Salvador Eólica e suas controladas) e Nova Renova (Bahia Eólica e suas controladas diretas) deixaram de fazer parte do quadro de investimentos da Renova, permanecendo a Nova Energia (Renova Eólica e suas controladas).

14.6 Transferência de controle societário

Em 10 de novembro de 2014, a Companhia aumentou o capital social de sua controlada Alto Sertão Participações S.A. (“Alto Sertão”) de R\$100 (cem reais) para R\$12.164, que por sua vez aumentou o capital social de sua controlada direta Diamantina Eólica Participações S.A. (“Diamantina”) de R\$100 (cem reais) para R\$12.164, na sua totalidade a valores contábeis dos investimentos por meio da transferência de todas as ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de suas controladas Centrais Eólicas Manineiro, Centrais Eólicas Pau d'Água, Centrais Eólicas São Salvador, Centrais Eólicas Abil, Centrais Eólicas Tabua, Centrais Eólicas Jabuticaba, Centrais Eólicas Vaqueta, Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado, Centrais Eólicas Taboquinha, Centrais Eólicas Acácia, Centrais Eólicas Folha da Serra, Centrais Eólicas Angico, Centrais Eólicas Jataí, Centrais Eólicas Amescla, Centrais Eólicas Imburana Macho, Centrais Eólicas Juazeiro, Centrais Eólicas Facheio, Centrais Eólicas Sabiu, Centrais Eólicas Umbuzeiro, Centrais Eólicas Unha d'Anta, Centrais Eólicas Vellozia, Centrais Eólicas Cedro, Centrais Eólicas Angelim e Centrais Eólicas Barbatimão nos termos dos Laudos de Avaliação, mediante a emissão de 12.163.708 (doze milhões, cento e sessenta e três mil e setecentas e oito) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Desta forma, a Diamantina passa a deter o controle direto das mencionadas controladas e a Alto Sertão passou a deter o controle indireto sobre elas.

Essa alteração foi necessária devido à estrutura de financiamento para os seus empreendimentos de parques eólicos referentes ao LEN 2012 (A-5), LER 2013 e mercado livre.

15. Ativo imobilizado

15.1 Consolidado

		31/12/2015			31/12/2014		
Taxas anuais de depreciação %		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	3%	95.797	(15.211)	80.586	95.797	(14.467)	81.330
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	91.876	(9.557)	82.319	136.763	(16.428)	120.335
Máquinas e equipamentos	4%	1.468.859	(68.799)	1.400.060	1.825.932	(154.822)	1.671.110
Veículos	20%	-	-	-	202	(32)	170
Móveis e utensílios	10%	142	(78)	64	120	(74)	46
Equipamento de informática	20%	245	(222)	23	245	(209)	36
Torres de medição	20%	23.801	(10.948)	12.853	19.489	(6.141)	13.348
Equipamentos de medição	20%	3.739	(471)	3.268	367	(3)	364
Equipamentos de torres	20%	2.318	(438)	1.880	951	-	951
Outros	20%	16	(10)	6	6.768	(679)	6.089
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		2.503	-	2.503	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	7.561	(255)	7.306	5.385	(174)	5.211
Máquinas e equipamentos	4%	301.880	(10.122)	291.758	268.947	(9.259)	259.688
		1.999.332	(116.111)	1.883.221	2.361.561	(202.288)	2.159.273
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.363	(939)	4.424	3.958	(394)	3.564
Benfeitorias	10%	2.304	(338)	1.966	1.949	(206)	1.743
Móveis e utensílios	10%	7.616	(1.952)	5.664	7.492	(1.080)	6.412
Softwares	20%	3.315	(2.102)	1.213	3.480	(1.325)	2.155
Equipamento de informática	20%	3.827	(1.790)	2.037	2.980	(997)	1.983
		22.425	(7.121)	15.304	19.859	(4.002)	15.857
Estoques							
Almoxarifado geral		3.656	-	3.656	-	-	-
		3.656	-	3.656	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota explicativa 30.2)		(208.184)	37.845	(170.339)	-	-	-
Total do imobilizado em serviço		1.817.229	(85.387)	1.731.842	2.381.420	(206.290)	2.175.130
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		517.602	-	517.602	348.769	-	348.769
Estudos e projetos		14.708	-	14.708	23.757	-	23.757
Terrenos		13.888	-	13.888	11.325	-	11.325
Edificações, obras civis e benfeitorias		226.317	-	226.317	115.470	-	115.470
Torres de medição		11.635	-	11.635	3.285	-	3.285
Aerogeradores		518.281	-	518.281	549.307	-	549.307
Equipamentos de subestação		317.091	-	317.091	87.804	-	87.804
Adiantamentos a fornecedores		936.741	-	936.741	652.196	-	652.196
Total do imobilizado em curso		2.556.263	-	2.556.263	1.791.913	-	1.791.913
Total imobilizado		4.373.492	(85.387)	4.288.105	4.173.333	(206.290)	3.967.043

15.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2014	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	Transferência para ativos mantidos para venda	Saldos vinculados aos ativos vendidos	31/12/2015
Imobilizado em serviço							
Custo							
Geração							
Usina							
Terrenos	595	-	-	-	(595)	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	(95.797)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	136.763	200	-	36.311	(46.336)	(81.398)	45.540
Máquinas e equipamentos	1.825.932	1.855	(567)	829.590	(65.015)	(1.187.951)	1.403.844
Veículos	202	-	-	-	-	(202)	-
Móveis e utensílios	120	22	-	-	(142)	-	-
Equipamento de informática	245	-	-	-	(245)	-	-
Torres de medição	19.489	3.913	-	399	-	-	23.801
Equipamentos de medição	367	3.372	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	951	892	-	475	-	-	2.318
Outros	6.768	6	-	-	(15)	(6.758)	1
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos	-	-	-	2.503	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.385	-	-	3.844	-	(1.668)	7.561
Máquinas e equipamentos	268.947	-	(1.403)	120.839	-	(86.503)	301.880
	<u>2.361.561</u>	<u>10.260</u>	<u>(1.970)</u>	<u>993.961</u>	<u>(208.145)</u>	<u>(1.364.480)</u>	<u>1.791.187</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	3.958	1.251	-	295	-	(141)	5.363
Benfeitorias	1.949	355	-	-	-	-	2.304
Móveis e utensílios	7.492	305	(40)	36	-	(177)	7.616
Softwares	3.480	166	(331)	-	-	-	3.315
Equipamento de informática	2.980	854	-	(7)	(18)	-	3.809
	<u>19.859</u>	<u>2.931</u>	<u>(371)</u>	<u>324</u>	<u>(18)</u>	<u>(318)</u>	<u>22.407</u>
Estoques							
Almoxarifado geral	-	8.926	-	-	(21)	(5.270)	3.635
	<u>-</u>	<u>8.926</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>(5.270)</u>	<u>3.635</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>2.381.420</u>	<u>22.117</u>	<u>(2.341)</u>	<u>994.285</u>	<u>(208.184)</u>	<u>(1.370.068)</u>	<u>1.817.229</u>
(-) Depreciação							
Geração							
Usina							
Reservatórios, barragens e adutoras	(14.467)	(744)	-	-	15.213	-	2
Edificações, obras civis e benfeitorias	(16.428)	(1.812)	-	-	8.531	8.683	(1.026)
Máquinas e equipamentos	(154.822)	(65.972)	-	-	13.775	151.995	(55.024)
Veículos	(32)	(19)	-	-	-	51	-
Móveis e utensílios	(74)	(4)	-	-	78	-	-
Equipamento de informática	(209)	(13)	-	-	222	-	-
Torres de medição	(6.141)	(4.807)	-	-	-	-	(10.948)
Equipamentos de medição	(3)	(468)	-	-	-	-	(471)
Equipamentos de Torres	-	(438)	-	-	-	-	(438)
Outros	(679)	-	-	-	8	669	(2)
Sistema de transmissão e conexão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	(174)	(231)	-	-	-	150	(255)
Máquinas e equipamentos	(9.259)	(10.061)	-	-	-	9.198	(10.122)
	<u>(202.288)</u>	<u>(84.569)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37.827</u>	<u>170.746</u>	<u>(78.284)</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	(394)	(726)	-	-	-	181	(939)
Benfeitorias	(206)	(132)	-	-	-	-	(338)
Móveis e utensílios	(1.080)	(918)	29	-	-	17	(1.952)
Softwares	(1.325)	(777)	-	-	-	-	(2.102)
Equipamento de informática	(997)	(793)	-	-	18	-	(1.772)
	<u>(4.002)</u>	<u>(3.346)</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>198</u>	<u>(7.103)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(206.290)</u>	<u>(87.915)</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>37.845</u>	<u>170.944</u>	<u>(85.387)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>2.175.130</u>	<u>(65.798)</u>	<u>(2.312)</u>	<u>994.285</u>	<u>(170.339)</u>	<u>(1.199.124)</u>	<u>1.731.842</u>

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

	31/12/2014	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	Transferência para ativos mantidos para venda	Saldos vinculados aos ativos vendidos	31/12/2015
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear	348.769	367.633	(704)	(198.096)	-	-	517.602
Estudos e projetos	23.757	94	(9.192)	49	-	-	14.708
Terrenos	11.325	8.200	(251)	(5.386)	-	-	13.888
Edificações, obras civis e benfeitorias	115.470	224.576	-	(113.729)	-	-	226.317
Torres de medição	3.285	11.686	-	(3.336)	-	-	11.635
Aerogeradores	549.307	517.047	-	(548.073)	-	-	518.281
Equipamentos de subestação	87.804	317.234	-	(87.947)	-	-	317.091
Adiantamentos a fornecedores	652.196	326.200	-	(41.655)	-	-	936.741
Total do imobilizado em curso	1.791.913	1.772.670	(10.147)	(998.173)	-	-	2.556.263
Total do imobilizado	3.967.043	1.706.872	(12.459)	(3.888) *	(170.339)	(1.199.124)	4.288.105

(*) Valor reconhecido como efeitos dos custos socioambientais (vide nota 21.1).

	31/12/2013	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	31/12/2014
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Usina					
Terrenos	595	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	127.732	-	-	9.031	136.763
Máquinas e equipamentos	1.242.337	7.790	-	575.805	1.825.932
Veículos	202	-	-	-	202
Móveis e utensílios	119	1	-	-	120
Equipamento de informática	245	-	-	-	245
Torres de medição	9.086	10.403	-	-	19.489
Equipamentos de medição	-	367	-	-	367
Equipamentos de Torres	-	951	-	-	951
Outros	6.768	-	-	-	6.768
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.668	-	-	3.717	5.385
Máquinas e equipamentos	87.594	710	-	180.643	268.947
	<u>1.572.143</u>	<u>20.222</u>	<u>-</u>	<u>769.196</u>	<u>2.361.561</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	2.167	1.393	-	398	3.958
Benfeitorias	2.304	16	(371)	-	1.949
Móveis e utensílios	3.223	4.269	-	-	7.492
Softwares	2.472	1.008	-	-	3.480
Equipamento de informática	1.650	1.330	-	-	2.980
	<u>11.816</u>	<u>8.016</u>	<u>(371)</u>	<u>398</u>	<u>19.859</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>1.583.959</u>	<u>28.238</u>	<u>(371)</u>	<u>769.594</u>	<u>2.381.420</u>
(-) Depreciação					
Geração					
Usina					
Reservatórios, barragens e adutoras	(12.232)	(2.235)	-	-	(14.467)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(10.990)	(5.438)	-	-	(16.428)
Máquinas e equipamentos	(89.799)	(65.023)	-	-	(154.822)
Veículos	(2)	(30)	-	-	(32)
Móveis e utensílios	(62)	(12)	-	-	(74)
Equipamento de informática	(170)	(39)	-	-	(209)
Torres de medição	(3.839)	(2.302)	-	-	(6.141)
Equipamentos de medição	-	(3)	-	-	(3)
Outros	(356)	(323)	-	-	(679)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(80)	(94)	-	-	(174)
Máquinas e equipamentos	(4.378)	(4.881)	-	-	(9.259)
	<u>(121.908)</u>	<u>(80.380)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(202.288)</u>
Administração					
Máquinas e equipamentos	(91)	(303)	-	-	(394)
Benfeitorias	(243)	(158)	195	-	(206)
Móveis e utensílios	(680)	(400)	-	-	(1.080)
Softwares	(776)	(549)	-	-	(1.325)
Equipamento de informática	(599)	(398)	-	-	(997)
	<u>(2.389)</u>	<u>(1.808)</u>	<u>195</u>	<u>-</u>	<u>(4.002)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(124.297)</u>	<u>(82.188)</u>	<u>195</u>	<u>-</u>	<u>(206.290)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.459.662</u>	<u>(53.950)</u>	<u>(176)</u>	<u>769.594</u>	<u>2.175.130</u>

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

	31/12/2013	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas	31/12/2014
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	237.438	258.319	-	(146.988)	348.769
Estudos e projetos	27.102	3.293	(3.832)	(2.806)	23.757
Terrenos	12.462	4.049	-	(5.186)	11.325
Edificações, obras civis e benfeitorias	183.853	31.507	-	(99.890)	115.470
Torres de medição	4.105	405	-	(1.225)	3.285
Aerogeradores	895.864	110.529	-	(457.086)	549.307
Equipamentos de subestação	113.417	33.389	-	(59.002)	87.804
Adiantamentos a fornecedores	171.582	478.025	-	2.589	652.196
Total do imobilizado em curso	1.645.823	919.516	(3.832)	(769.594)	1.791.913
Total do imobilizado	3.105.485	865.566	(4.008)	-	3.967.043

15.3 Controladora

		31/12/2015			31/12/2014		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	23.801	(10.948)	12.853	19.489	(6.141)	13.348
Equipamentos de medição	20%	3.739	(471)	3.268	367	(3)	364
Equipamentos de torres	20%	2.318	(438)	1.880	951	-	951
		29.858	(11.857)	18.001	20.807	(6.144)	14.663
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.363	(939)	4.424	3.890	(392)	3.498
Benfeitorias	10%	2.303	(338)	1.965	1.949	(206)	1.743
Móveis e utensílios	10%	7.593	(1.951)	5.642	7.291	(1.048)	6.243
Softwares	20%	3.316	(2.102)	1.214	3.480	(1.325)	2.155
Equipamento de informática	20%	3.810	(1.772)	2.038	2.963	(980)	1.983
		22.385	(7.102)	15.283	19.573	(3.951)	15.622
Total do imobilizado em serviço		52.243	(18.959)	33.284	40.380	(10.095)	30.285
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		197.317	-	197.317	160.277	-	160.277
Estudos e projetos		14.708	-	14.708	23.757	-	23.757
Terrenos		2.361	-	2.361	2.612	-	2.612
Adiantamentos a fornecedores		332.158	-	332.158	571.908	-	571.908
Total do imobilizado em curso		546.544	-	546.544	758.554	-	758.554
Total imobilizado		598.787	(18.959)	579.828	798.934	(10.095)	788.839

15.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2014	Adições	Baixas	Integralização de capital SPEs Eólicas	Reclassificações entre rubricas	31/12/2015
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	19.489	3.913	-	-	399	23.801
Equipamentos de medição	367	3.372	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	951	892	-	-	475	2.318
	<u>20.807</u>	<u>8.177</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>874</u>	<u>29.858</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	3.890	1.178	-	-	295	5.363
Benfeitorias	1.949	354	-	-	-	2.303
Móveis e utensílios	7.291	266	-	-	36	7.593
Softwares	3.480	167	(331)	-	-	3.316
Equipamento de informática	2.963	854	-	-	(7)	3.810
	<u>19.573</u>	<u>2.819</u>	<u>(331)</u>	<u>-</u>	<u>324</u>	<u>22.385</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>40.380</u>	<u>10.996</u>	<u>(331)</u>	<u>-</u>	<u>1.198</u>	<u>52.243</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(6.141)	(4.807)	-	-	-	(10.948)
Equipamentos de medição	(3)	(468)	-	-	-	(471)
Equipamentos de torres	-	(438)	-	-	-	(438)
	<u>(6.144)</u>	<u>(5.713)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.857)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(392)	(547)	-	-	-	(939)
Benfeitorias	(206)	(132)	-	-	-	(338)
Móveis e utensílios	(1.048)	(903)	-	-	-	(1.951)
Softwares	(1.325)	(777)	-	-	-	(2.102)
Equipamento de informática	(980)	(792)	-	-	-	(1.772)
	<u>(3.951)</u>	<u>(3.151)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.102)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(10.095)</u>	<u>(8.864)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.959)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>30.285</u>	<u>2.132</u>	<u>(331)</u>	<u>-</u>	<u>1.198</u>	<u>33.284</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	160.277	72.421	(704)	(75.087)	40.410	197.317
Estudos e projetos	23.757	96	(9.192)	-	47	14.708
Terrenos	2.612	-	(251)	-	-	2.361
Adiantamentos a fornecedores	571.908	136	-	(198.231)	(41.655)	332.158
Total do custo do imobilizado em curso	<u>758.554</u>	<u>72.653</u>	<u>(10.147)</u>	<u>(273.318)</u>	<u>(1.198)</u>	<u>546.544</u>
Total do imobilizado	<u>788.839</u>	<u>74.785</u>	<u>(10.478)</u>	<u>(273.318)</u>	<u>-</u>	<u>579.828</u>

	31/12/2013	Adições	Baixas	Integralização de capital SPEs Eólicas	Reclassificações entre rubricas	31/12/2014
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	9.086	10.403	-	-	-	19.489
Equipamentos de medição	-	367	-	-	-	367
Equipamentos de torres	-	951	-	-	-	951
	<u>9.086</u>	<u>11.721</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.807</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	2.138	1.752	-	-	-	3.890
Benfeitorias	2.304	16	(371)	-	-	1.949
Móveis e utensílios	3.171	4.120	-	-	-	7.291
Softwares	2.472	1.008	-	-	-	3.480
Equipamento de informática	1.632	1.331	-	-	-	2.963
	<u>11.717</u>	<u>8.227</u>	<u>(371)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.573</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>20.803</u>	<u>19.948</u>	<u>(371)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40.380</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(3.839)	(2.302)	-	-	-	(6.141)
Equipamentos de medição	-	(3)	-	-	-	(3)
	<u>(3.839)</u>	<u>(2.305)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.144)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(90)	(302)	-	-	-	(392)
Benfeitorias	(243)	(158)	195	-	-	(206)
Móveis e utensílios	(658)	(390)	-	-	-	(1.048)
Softwares	(776)	(549)	-	-	-	(1.325)
Equipamento de informática	(583)	(397)	-	-	-	(980)
	<u>(2.350)</u>	<u>(1.796)</u>	<u>195</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.951)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(6.189)</u>	<u>(4.101)</u>	<u>195</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.095)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>14.614</u>	<u>15.847</u>	<u>(176)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.285</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	123.354	86.921	-	(49.077)	(921)	160.277
Estudos e projetos	27.102	3.293	(3.832)	-	(2.806)	23.757
Terrenos	2.612	-	-	-	-	2.612
Adiantamentos a fornecedores	40.018	528.163	-	-	3.727	571.908
Total do custo do imobilizado em curso	<u>193.086</u>	<u>618.377</u>	<u>(3.832)</u>	<u>(49.077)</u>	<u>-</u>	<u>758.554</u>
Total do imobilizado	<u>207.700</u>	<u>634.224</u>	<u>(4.008)</u>	<u>(49.077)</u>	<u>-</u>	<u>788.839</u>

15.5 Imobilização em serviço

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento direto.

15.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em projetos eólicos vencedores do LEN 2012 (A-5), LER 2013, LEN 2013 (A-5), LER 2014, LEN 2014 (A-5) e projetos comercializados no Mercado Livre que estão em construção por meio das empresas controladas da Companhia. Dentre os investimentos incorridos estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado da rubrica de Adiantamentos a fornecedores apresenta o montante de R\$936.741 (31 de dezembro de 2014, R\$652.196), composto da seguinte forma: adiantamento para compra de torres de medição com a IEM, no valor de R\$345, adiantamento para o contrato de fornecimento de equipamentos de subestações assinado com a ABB Ltda., Metalurgica Santa Rita e Sadesul, no valor de R\$126.123, adiantamento para compra de aerogeradores no valor de R\$679.347, com a GE, Alstom e outros, adiantamento para montagem de aerogeradores no valor de R\$8.162, com a Irga e outros, adiantamento para obras civis no valor de R\$111.100, com o Consórcio MGT e outros, adiantamento para fornecimento de equipamentos solar no valor de R\$1.285, adiantamento para serviços diversos para cumprimento de requerimentos ambientais nas instalações dos parques eólicos e outros, no valor de R\$10.379.

A rubrica de valores a ratear refere-se principalmente a gastos com projetos, com a implantação das usinas e juros capitalizados. Para a data base de 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o montante de juros capitalizados no exercício é de R\$66.628 e R\$93.105, respectivamente.

15.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da linha de imobilizado em curso é de R\$2.556.263 composto pelos seguintes projetos em construção:

<u>Projetos</u>	<u>Consolidado</u>
LEN 2012 (A-5)	53.757
LER 2013	640.589
LEN 2013 (A-5)	46.752
LER 2014	1.111
LEN 2014 (A-5)	542
Subtotal - mercado regulado	742.751
ACL (Mercado livre I)	75.874
ACL (Light I)	778.848
ACL (Mercado livre III)	113.336
ACL (Light II)	219.476
ACL (Mercado livre II)	106.724
PPA CEMIG	368.837
Subtotal - mercado livre	1.663.095
Outros imobilizações em curso	150.417
Total do imobilizado em curso	<u>2.556.263</u>

15.8 Baixa de projetos

A Companhia adota como prática a revisão de seu portfólio de projetos básicos e inventários anualmente. Após revisão de seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia optou por descontinuar os projetos, no montante total de R\$10.147 (2014, R\$3.832), vide nota 24.

16. Fornecedores

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores		603.725	100.200	47.738	10.989
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	30.2	(2.248)	-	-	-
		<u>601.477</u>	<u>100.200</u>	<u>47.738</u>	<u>10.989</u>
Apresentados como:					
Circulante		570.006	100.200	47.738	10.989
Não circulante		31.471	-	-	-
Total		<u>601.477</u>	<u>100.200</u>	<u>47.738</u>	<u>10.989</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de fornecedores inclui, principalmente, valores referentes aos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratados para a construção dos parques do LEN 2012 (A-5), LER 2013, LEN 2013 (A-5), LER 2014, LEN 2014 (A-5), mercado livre e outros referentes a aerogeradores, subestações e construção civil. Inclui também valores referentes a aquisição de projetos segregados entre curto e longo prazo, conforme cronograma definido em contrato.

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

17.1 Consolidado

		Consolidado											
		31/12/2015						31/12/2014					
		Circulante			Não circulante			Circulante			Não circulante		
		Total geral			Total geral			Total geral			Total geral		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Moeda Nacional													
BNDES - LER 2009 ^(a)	TJLP + 1,92% a.a.	-	-	-	-	-	-	1.730	40.682	42.412	-	540.733	540.733
BNDES - LER 2009 ^(a)	TJLP + 2,18% a.a.	-	-	-	-	-	-	878	19.959	20.837	-	264.394	264.394
BNDES - LER 2009 (Subcrédito "C") ^(a)	TJLP	-	-	-	-	-	-	5	531	536	-	2.163	2.163
BNDES - LER 2009 (Subcrédito "D") ^(a)	TJLP	-	-	-	-	-	-	10	995	1.005	-	3.253	3.253
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra ^(b)	9,5% a.a. (8,08% a.a.)*	-	6.103	6.103	84.658	84.658	90.761	-	5.896	5.896	-	90.739	90.739
Notas Promissórias - LEN 2011 ^(c)	100% CDI + 0,98% a.a.	-	-	-	-	-	-	5.398	251.200	256.598	-	-	256.598
Finep - CEOL Itaparica ^(b)	3,5% a.a.	22	-	22	14.150	14.150	14.172	-	-	-	-	6.356	6.356
BNDES - Renova Eólica ^(a)	TJLP + 2,45%	2.664	47.833	50.497	695.981	695.981	746.478	1.097	21.449	22.546	1.047	650.417	651.464
BNDES - Renova Eólica ^(a)	TJLP + 2,60%	7.132	16.964	24.096	247.529	247.529	271.625	1.855	4.464	6.319	2.177	150.575	152.752
BNDES - Renova Eólica (Subcrédito "P") ^(a)	TJLP	11	261	272	3.913	3.913	4.185	-	-	-	3	1.320	1.323
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "A") ^(d)	TJLP + 3,55%	1.746	152.263	154.009	-	-	154.009	61	-	61	-	140.000	140.000
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "B") ^(d)	TJLP + 2,5%	3.861	376.686	380.547	-	-	380.547	33	-	33	-	75.000	75.000
Outros empréstimos de curto prazo	CDI + 4,3% a 4,5% a.a.	1.179	99.948	101.127	-	-	101.127	-	-	-	-	-	-
Subtotal dos empréstimos		16.615	700.058	716.673	1.046.231	1.046.231	1.762.904	11.067	345.176	356.243	3.227	1.924.950	1.928.177
Custo de captação da operação		-	(632)	(632)	(6.266)	(6.266)	(6.898)	-	(801)	(801)	-	(11.126)	(11.126)
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 30.2)		-	(6.103)	(6.103)	(84.658)	(84.658)	(90.761)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		16.615	693.323	709.938	955.307	955.307	1.665.245	11.067	344.375	355.442	3.227	1.913.824	1.917.051
*15% de bônus de adimplência													
Debêntures - 3ª emissão - Renova Energia S.A. ^(c)	138% CDI	47.173	-	47.173	500.000	500.000	547.173	269	-	269	-	500.000	500.000
Debêntures - 1ª emissão - Renova Eólica Participações S.A. ^(g)	IPCA + 7,6054% a.a.	550	5.961	6.511	162.948	162.948	169.459	667	-	667	-	73.676	73.676
Subtotal das debêntures		47.723	5.961	53.684	662.948	662.948	716.632	936	-	936	-	573.676	573.676
Custo de captação da operação		-	(1.038)	(1.038)	(8.583)	(8.583)	(9.621)	-	(52)	(52)	-	(1.361)	(1.361)
TOTAL DE DEBÊNTURES		47.723	4.923	52.646	654.365	654.365	707.011	936	(52)	884	-	572.315	572.315

17.2 Controladora

		Controladora												
		31/12/2015							31/12/2014					
		Circulante			Não circulante			Total geral	Circulante			Não circulante		Total geral
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
Moeda Nacional														
Outros empréstimos de curto prazo	CDI + 4,30% a.a.	1.031	84.948	85.979	-	-	-	85.979	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.031	84.948	85.979	-	-	-	85.979	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 3ª emissão - Renova Energia S.A. ^(c)	123,45% CDI	47.173	-	47.173	-	500.000	500.000	547.173	269	-	269	500.000	500.000	500.269
Custo de captação da operação		-	(943)	(943)	-	(7.725)	(7.725)	(8.668)	-	(52)	(52)	(1.361)	(1.361)	(1.413)
TOTAL DE DEBÊNTURES		47.173	(943)	46.230	-	492.275	492.275	538.505	269	(52)	217	498.639	498.639	498.856

17.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos, financiamentos e debêntures, em 31 de dezembro 2015, é garantido da seguinte forma:

	Consolidado			
	BNDES ^(a)	BNB ^(b)	Debêntures ^(c)	Total
Recebíveis	4.201.347	463.918	-	4.665.265
Penhor de ações	500.252	2.470	1.516.649	2.019.371
Hipoteca/alienação de bens	1.706.878	166.629	-	1.873.507
Caução em dinheiro	-	14.614	-	14.614
Total	6.408.477	647.631	1.516.649	8.572.757

17.4 Movimentação

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.320.045	70.211	2.390.256	300.064	36.203	336.267
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.006.419	-	2.006.419	500.000	-	500.000
Encargos financeiros provisionados	-	110.012	110.012	-	27.314	27.314
Encargos financeiros pagos	-	(240.518)	(240.518)	-	(81.183)	(81.183)
Encargos financeiros capitalizados	-	99.497	99.497	-	17.935	17.935
Encargos financeiros incorporados ao principal	23.972	(23.972)	-	-	-	-
Amortização de financiamento e debêntures	(1.517.912)	-	(1.517.912)	(301.883)	-	(301.883)
Custo de captação	(3.149)	-	(3.149)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	1.061	-	1.061	406	-	406
Custo de captação capitalizado	26	-	26	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.830.462	15.230	2.845.692	498.587	269	498.856
Empréstimos e financiamentos obtidos	707.448	-	707.448	144.949	-	144.949
Encargos financeiros provisionados	-	201.930	201.930	-	77.723	77.723
Encargos financeiros pagos	-	(129.505)	(129.505)	-	(37.283)	(37.283)
Encargos financeiros capitalizados	-	70.495	70.495	-	7.495	7.495
Amortização de empréstimos, financiamento e debêntures	(404.199)	-	(404.199)	(60.000)	-	(60.000)
Incorporação de encargos ao principal	90.517	(90.517)	-	-	-	-
Custo de captação	(13.822)	-	(13.822)	(8.311)	-	(8.311)
Apropriação dos custos de captação	2.198	-	2.198	1.055	-	1.055
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(90.761)	-	(90.761)	-	-	-
Saldos vinculados aos ativos vendidos	(813.925)	(3.295)	(817.220)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.307.918	64.338	2.372.256	576.280	48.204	624.484

17.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	31/12/2015	
	Consolidado	Controladora
2017	79.561	-
2018	153.236	71.429
2019	151.783	71.429
2020	177.088	71.429
2021	179.294	71.429
2022 a 2026	671.387	214.284
2027 a 2031	296.830	-
Total	1.709.179 (*)	500.000 (*)

(*) Valor não inclui o custo de captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

17.6 Resumo dos contratos

a. Contratos BNDES (Longo prazo)

LER 2009

Os parques do LER 2009 com a interveniência das controladoras Bahia Eólica e Salvador Eólica tomaram financiamentos com o BNDES no montante total de R\$893.457. Os financiamentos possuíam taxas de juros de 1,92% a 2,18%a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a última parcela em 15 de dezembro de 2029.

Em setembro de 2015, foi concluída a venda dos ativos do LER 2009 e todos os ativos e passivos foram transferidos para a TerraForm, que em 30 de setembro de 2015 quitou a dívida.

LER 2010 e LEN 2011 (A-3)

A controlada Renova Eólica, com a interveniência de suas controladas, da sua controladora direta Nova Renova e da Companhia, obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Em 31 de dezembro de 2015, o montante liberado foi de R\$919.805, utilizado para quitar o empréstimo ponte tomado com o BNDES, no valor de R\$647.894 e a parte restante das notas promissórias, no valor de R\$251.200.

O financiamento foi dividido em 16 subcréditos, de “A” a “P”, com as seguintes características: (a) os Subcréditos A, C, D, E, F, G, I, J, M e P tem prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2015, e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2031; e (b) os Subcréditos B, H, K, L, N e O terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2014 e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações

de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2030.

Os Subcréditos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N e O do BNDES possuem taxas de juros de 2,45% a.a.+TJLP e sobre o principal da dívida decorrente do Subcrédito P incidirá a TJLP. O Contrato de repasse com o Banco do Brasil possui taxa de 2,60% a.a. + TJLP.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2015 esse índice foi atingido.

b. Contrato BNB

A controlada Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva (nota 12). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

c. Debêntures simples não conversíveis em ações

Em 15 de dezembro de 2014, foi emitida uma nova debênture corporativa (3ª emissão) no valor de R\$500.000. Os recursos dessa debênture foram utilizados para pagar antecipadamente a debênture já existente (2ª emissão) no valor de R\$370.754, gerando um caixa adicional na Companhia no valor de R\$129.246. A 3ª emissão da debênture possuía a mesma remuneração da 2ª emissão (123,45% do CDI), com carência de 4 anos a contar da data de assinatura do contrato. A partir de 15 de dezembro de 2015 a remuneração passou a ser 138% do CDI conforme aditamento da escritura. A amortização terá início em 15 de dezembro de 2018 com parcelas anuais e consecutivas até 15 de dezembro de 2024. O pagamento dos juros ocorrerá em parcelas semestrais, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

A 3ª emissão das debêntures foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, com base na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de dezembro de 2014 ("RCA"). Não há cláusula de repactuação das debêntures.

São garantias das debêntures a alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações da Enerbras de titularidade da Companhia e a cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil proveniente do fluxo de dividendos distribuídos pelas controladas Enerbras e Nova Renova. A partir de janeiro de 2016 as garantias foram alteradas conforme aditamento de escritura (vide nota 34.3).

Esta operação estabelece que o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = dividendos recebidos/serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,0. O serviço da dívida é representado pela amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não alcançou esse índice, no entanto o Banco do Brasil não exigiu o pagamento antecipado do empréstimo, e os termos do contrato não foram alterados.

d. BNDES (Curto Prazo)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques de LEN 2012 (A-5), LER 2013 e mercado livre. Em 31 de dezembro de 2015, o total liberado foi de R\$500.000. Os empréstimos pontes serão quitados em 15 de junho de 2016 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES.

Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito “A” incidirão juros de 3,55% a.a. acima da TJLP. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito “B” incidirão juros de 2,50% a.a. acima da TJLP. São garantias do financiamento a totalidade das ações da Diamantina e das SPEs que a Diamantina detém ações. Esse contrato não exige índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

e. Notas promissórias

Em 05 de novembro de 2013, as controladas indiretas que compõem os parques do LER 2010 e do LEN 2011 (A-3) emitiram notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de R\$400.000 e nos termos da instrução CVM nº 476, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP e as notas comerciais depositadas em nome do respectivo titular no Sistema de Custódia Eletrônica da CETIP.

Sobre as notas promissórias incidiram juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI – Depósitos interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a.

Em 30 de abril de 2014 estas controladas indiretas quitaram as notas promissórias comerciais, no valor de R\$400.000 (principal) acrescido de juros do período e renegociaram a emissão de novas notas promissórias por um período complementar de 6 meses a partir de 30 de abril de 2014 no valor de principal de R\$400.000, mantendo as mesmas condições financeiras da primeira emissão. Em 29 de agosto de 2014, com a liberação da segunda parcela do financiamento de longo prazo, parte das notas promissórias foram quitadas, restando um saldo de principal de R\$251.200.

Em 2 de fevereiro de 2015, foram quitadas as notas promissórias em aberto no valor total de R\$259.316, incluindo juros.

f. FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui taxa de juros de 3,5% a.a., carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da

assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Até 31 de dezembro de 2015, o montante liberado foi de R\$14.149.

São garantias deste financiamento a cartas de fiança bancária no valor de 50% de cada liberação, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras e alienação fiduciária dos bens móveis (equipamentos) adquiridos no curso do financiamento.

O contrato de financiamento não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

g. Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da controlada indireta da Companhia, Renova Eólica, no valor total de R\$146.000.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 (A-3) com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

Sobre as debêntures da primeira série incidirão IPCA + juros remuneratórios prefixados de 7,6054% a.a. e da segunda série incidirão IPCA + juros remuneratórios prefixados de 7,8707% a.a.

A primeira série no valor de R\$73.000 foi liquidada em dezembro de 2014 e a segunda série, também no valor de R\$73.000, foi liquidada em janeiro de 2015, sendo o valor corrigido pelo IPCA + juros remuneratórios prefixados de 7,8707% a.a., desde a data de emissão, 15 de novembro de 2014, até a data da liquidação, de R\$75.106. A amortização teve início em 15 de junho de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorrerá em parcelas semestrais, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2015 esse índice foi atingido.

18. Impostos a recolher

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ a pagar		14.921	4.214	13.216	-
COFINS a recolher		1.016	3.636	74	6
CSLL a pagar		5.797	2.426	4.766	-
INSS retido de terceiros		1.401	1.641	18	45
INSS a recolher		3.628	1.315	3.627	1.315
IRRF sobre folha		2.455	1.267	1.524	883
FGTS a recolher		1.114	430	1.114	430
ISS a recolher		2.626	874	79	48
PIS a recolher		217	789	14	1
PIS, COFINS e CSLL		599	557	428	145
IRRF a recolher		232	300	116	57
Outros impostos a recolher		676	112	144	72
		<u>34.682</u>	<u>17.561</u>	<u>25.120</u>	<u>3.002</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	30.2	(1.067)	-	-	-
TOTAL		<u>33.615</u>	<u>17.561</u>	<u>25.120</u>	<u>3.002</u>

19. Contas a pagar / contas a receber - CCEE/Eletrabras

	Nota explicativa	Consolidado			
		Ativo		Passivo	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante					
Eletrabras		-	-	20.668	21.174
CCEE		-	199	2.614	1.165
		<u>-</u>	<u>199</u>	<u>23.282</u>	<u>22.339</u>
Não circulante					
CCEE		4.245	6.100	4.465	15.627
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda:					
Circulante					
Eletrabras	30.2	-	-	(20.668)	-
Total		<u>4.245</u>	<u>6.299</u>	<u>7.079</u>	<u>37.966</u>
Apresentados como:					
Circulante		-	199	2.614	22.339
Não circulante		<u>4.245</u>	<u>6.100</u>	<u>4.465</u>	<u>15.627</u>
Total		<u>4.245</u>	<u>6.299</u>	<u>7.079</u>	<u>37.966</u>

Eletrobras

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de energia gerada foi inferior à faturada resultando após a contabilização do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) no âmbito da CCEE – mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos que envolvem os geradores – em um ajuste financeiro negativo.

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2010 e LER 2013 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso no referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância – 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente, conforme expresso no referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 30% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

19.1 Movimentação

A movimentação do exercício está apresentada a seguir:

Movimentação do ativo									
	31/12/2013	Adição	Recebimento	31/12/2014	Adição / Reversão	Recebimento	Transferência para ativos mantidos para venda	Saldos vinculados aos ativos vendidos	31/12/2015
CCEE	-	6.299	-	6.299	23.251	-	-	(25.305)	4.245
Total do ativo	-	6.299	-	6.299	23.251	-	-	(25.305)	4.245
Movimentação do passivo									
	31/12/2013	Provisão	Amortização	31/12/2014	Provisão/ Reversão	Amortização / Compensação	Transferência para ativos mantidos para venda	Saldos vinculados aos ativos vendidos	31/12/2015
Eletrobras	2.060	21.174	(2.060)	21.174	10.724	(11.230)	(20.668)	-	-
CCEE	18.546	337	(2.091)	16.792	(6.593)	-	-	(3.120)	7.079
Total do passivo	20.606	21.511	(4.151)	37.966	4.131	(11.230)	(20.668)	(3.120)	7.079
Total líquido	20.606	15.212	(4.151)	31.667	(19.120)	(11.230)	(20.668)	22.185	2.834

20. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da provisão da controladora e consolidado para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas era de R\$710 (31 de dezembro de 2014, R\$79). A variação no exercício refere-se basicamente a novos processos trabalhistas e administrativos e a atualização monetária dos processos da Companhia, conforme movimentação a seguir:

	Movimentação				
	<u>31/12/2013</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	87	(8)	79	631	710

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$135.042 (31 de dezembro de 2014, R\$7.346), sendo R\$10.393 (31 de dezembro de 2014, R\$3.855) cíveis, R\$119.301 administrativas R\$5.348 (31 de dezembro de 2014, R\$3.491) trabalhistas, os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 31 de dezembro de 2015.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por

motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

A APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

O valor do risco é de aproximadamente R\$1.420. Baseado no entendimento da administração e dos seus assessores jurídicos esse risco foi classificado como possível de perda e não constituiu provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

21. Provisão para custos socioambientais

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	1.218	6.686
Não circulante	5.876	9.940
Total	7.094	16.626

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs e das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação dos parques em operação.

21.1 Movimentação

	Movimentação						
	31/12/2013	Adição	31/12/2014	Saldos vinculados aos ativos vendidos	Adição / Reversão líquida	Atualização	31/12/2015
Provisão para custos socioambientais	2.016	14.610	16.626	(6.260)	(3.888)	616	7.094

22. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

Conforme previsto no artigo 8º do seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

Em 29 setembro de 2014, a CEMIG GT subscreveu e integralizou 87.186.035 ações ordinárias da Renova, no valor total de R\$1.550.072, mediante a capitalização de AFAC, no valor de R\$810.129, realizado em 31 de março de 2014 e através da cessão à Renova do crédito relativo ao AFAC realizado na Chipley em 14 de fevereiro de 2014, no valor de R\$739.943. A homologação do aumento de capital ocorreu no dia 27 de outubro de 2014, em reunião do Conselho de Administração da Companhia.

Além da CEMIG GT, houve o exercício dos direitos de preferência de 10.866 ações ordinárias pelos demais acionistas da Companhia, totalizando 87.196.901 ações ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando R\$1.550.265.

Em 30 de outubro de 2014, ocorreu um aumento de capital por meio do plano de opções de compra de ações, onde os colaboradores elegíveis subscreveram e integralizaram 50.165 ações ordinárias no valor total de R\$18.

O resumo dos aumentos de capital ocorridos em 2014, somados aos R\$17 integralizados no primeiro trimestre, está apresentado no quadro a seguir:

Data	Quantidade			Valor
	Ações ON	Ações PN	Total de Ações	
29/09/2014	87.186.035	-	87.186.035	1.550.072
29/09/2014	10.866	-	10.866	193
30/10/2014	50.165	100.330	150.495	18
Total	87.247.066	100.330	87.347.396	1.550.283

Em 6 de maio de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou aumento de capital em função do plano de opções de compra de ações. Os colaboradores elegíveis subscreveram e integralizaram 39.169 ações ordinárias e 78.338 ações preferenciais, no valor de R\$13. As ações foram efetivamente emitidas pelo banco custodiante em julho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia subscrito e integralizado era de R\$2.568.010 (2014, R\$2.567.997) distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	179.209.629	75,7%	-	0,0%	179.209.629	56,2%
RR Participações	41.461.797	17,5%	-	0,0%	41.461.797	13,0%
Light Energia	50.561.797	21,4%	-	0,0%	50.561.797	15,9%
Cemig GT	87.186.035	36,8%	-	0,0%	87.186.035	27,3%
Outros Acionistas	57.664.402	24,3%	81.898.898	100,0%	139.563.300	43,8%
RR Participações*	9.745.682	4,1%	313.600	0,4%	10.059.282	3,2%
RR Casa de Investimentos e Participações	7.557.075	3,2%	900.000	1,1%	8.457.075	2,7%
BNDESPAR	9.311.425	3,9%	18.622.850	22,7%	27.934.275	8,8%
InfraBrasil	11.651.467	4,9%	23.302.933	28,5%	34.954.400	11,0%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,3%	10.940.586	13,4%	16.410.879	5,1%
Outros	13.928.460	5,9%	27.818.929	33,9%	41.747.389	13,0%
Total	236.874.031	100,0%	81.898.898	100,0%	318.772.929	100,0%

* Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Durante o exercício 10.530 ONs foram convertidas em PNs.

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital, conforme apresentado a seguir:

Evento	Data	Custo na emissão de ações
		Controladora e Consolidado
Abertura de capital (IPO - Oferta Pública Inicial)	julho/2010	13.686
Novo investidor: Light Energia	setembro/2011	20.555
Nova investidora: BNDESPAR	setembro/2012	1.871
Novo investidor: CEMIG GT	setembro/2014	5.645
Total		41.757

d) Reservas

Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o efeito dos custos do Plano de Pagamento Baseado em Ações relativo aos seus parques do LER 2009, LER 2010 e LEN 2011 (A-3) e demais projetos, bem como os prêmios pagos referentes ao sucesso no IPO e também em acordos firmados com seus executivos. Esses registros refletem tanto provisões de ações já outorgadas quanto o registro de provisão de ações que serão outorgadas no médio e curto prazo. O detalhamento dos registros contábeis está na nota 27.4.

Reserva de lucros - reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento de capital. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$2.321.

Reserva de lucros – lucro retido

A Companhia destinou a conta de Reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$33.072 observado o disposto no parágrafo único do artigo 51 do seu Estatuto social e no artigo 194 da Lei 6.404/76. A Reserva de Investimentos tem as seguintes características: (i) preservar a integridade do patrimônio líquido, a capacidade de investimento da Companhia e a manutenção da participação da Companhia em suas controladas; (ii) a Reserva de Investimento deverá observar o limite previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76; e (iii) sem prejuízo do disposto no item “i” a Reserva de Investimento poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas

Reserva de lucros – reserva especial de dividendos não distribuídos

Conforme previsto no artigo 202 § 4º da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu uma reserva especial de dividendos não distribuídos, no valor de R\$11.024, em função da situação financeira da Companhia. Esses dividendos serão distribuídos tão logo a situação financeira permitir.

e) Dividendos

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva Legal e (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências e reversão dessa reserva formada em exercícios anteriores, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. As ações preferenciais participarão nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2015 está demonstrado a seguir:

Destinação do resultado:

Lucro líquido do exercício	118.192
Compensação de prejuízo	(71.775)
Base de cálculo da reserva legal	46.417
Constituição de reserva legal (5%)	(2.321)
Base de cálculo da distribuição de dividendos	44.096
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	11.024

Dividendos mínimos obrigatórios por ação

Ordinárias - ON	0,03
Preferenciais - PN	0,03

Os dividendos mínimos obrigatórios foram mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

f) Outros resultados abrangentes – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de investimentos no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Companhia, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado foi revertido para o resultado do exercício como ganho.

23. Receita líquida

	Consolidado				Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	MWh*	MWh*				
Geração/disponibilização energia						
Suprimento de energia elétrica - PCHs	64.478	213.742	26.372	23.361	-	-
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	2.432.801	1.184.333	340.844	273.288	-	-
Total da receita			367.216	296.649	-	-
(-) Impostos s/ receita (PIS/COFINS)			(13.322)	(10.916)	-	-
Outras receitas						
Operações - comercialização de energia elétrica			60.085	18.768	-	-
Solar			692	116	692	116
Outras receitas			910	-	910	-
			61.687	18.884	1.602	116
Deduções s/ a receita:						
(-) Impostos s/ outras receita (PIS/COFINS)			(5.705)	(1.747)	(148)	(11)
(-) Outras deduções			(46)	(3)	(46)	(4)
			(5.751)	(1.750)	(194)	(15)
Total	2.497.279	1.398.075	409.830	302.867	1.408	101

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

24. Custos e despesas

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd/Tust ⁽¹⁾	18.965	-	18.965	13.004	-	13.004
Taxa de fiscalização	1.123	-	1.123	1.216	-	1.216
	20.088	-	20.088	14.220	-	14.220
Pessoal e administradores	-	37.568	37.568	-	29.741	29.741
Serviços de terceiros	38.109	46.777	84.886	25.344	39.171	64.515
Aluguéis e arrendamentos	4.005	2.672	6.677	7.999	2.183	10.182
Viagens	102	6.049	6.151	-	4.937	4.937
Depreciação	84.569	3.346	87.915	80.380	1.808	82.188
Projetos descontinuados ⁽²⁾	-	10.147	10.147	-	3.832	3.832
Seguros	646	774	1.420	1.745	292	2.037
Telefonia e TI	86	4.480	4.566	-	4.339	4.339
Material de uso e consumo	3.962	3.772	7.734	2.335	1.607	3.942
Multa sobre ressarcimento ⁽³⁾	-	2.614	2.614	(4.464)	-	(4.464)
Energia para revenda ⁽⁴⁾	61.534	-	61.534	13.397	-	13.397
Impostos e taxas	189	6.022	6.211	-	1.227	1.227
Outras	95	4.405	4.500	57	2.872	2.929
	193.297	128.626	321.923	126.793	92.009	218.802
Total	213.385	128.626	342.011	141.013	92.009	233.022

1. Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão.
2. Vide nota 15.8.
3. Conforme mencionado na nota 1.3 a Companhia reverteu o saldo da multa, sobre a não entrada em operação dos parques eólicos do LER 2010 e registrou essa reversão na mesma linha que deu origem ao custo da operação, no montante de R\$4.645.
4. Compra de energia para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia.

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Pessoal e administradores	-	35.675	35.675	-	27.711	27.711
Serviços de terceiros	11	34.699	34.710	-	26.807	26.807
Aluguéis e arrendamentos	-	2.221	2.221	-	2.183	2.183
Viagens	-	5.237	5.237	-	4.467	4.467
Depreciação	5.713	3.151	8.864	2.305	1.796	4.101
Projetos descontinuados ⁽²⁾	-	10.147	10.147	-	3.832	3.832
Seguros	-	108	108	-	292	292
Telefonia e TI	-	3.863	3.863	-	3.877	3.877
Material de uso e consumo	-	1.284	1.284	-	1.463	1.463
Impostos e taxas	-	3.089	3.089	-	181	181
Outras	255	2.994	3.249	54	2.681	2.735
Total	5.979	102.468	108.447	2.359	75.290	77.649

25. Resultado financeiro

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		28.048	52.871	7.483	32.367
Juros recebidos - mútuo	27	-	-	91	1.098
Descontos obtidos		158	9	-	8
Outras receitas financeiras		3.215	202	400	167
Ajuste valor justo da opção	8	59.828	-	59.828	-
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira		(184)	-	(162)	-
Total das receitas financeiras		<u>91.065</u>	<u>53.082</u>	<u>67.640</u>	<u>33.640</u>
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	17.4	(201.930)	(103.959)	(77.723)	(27.314)
Juros		(1.444)	(838)	(137)	(271)
Juros - mútuo	27	-	-	(545)	(428)
IOF		(5.576)	(825)	(2.802)	(232)
Despesas bancárias		(684)	(117)	(454)	(57)
Fiança bancária		(2.292)	-	-	-
Outras despesas financeiras		(11.260)	(7.403)	(8.251)	(542)
Total das despesas financeiras		<u>(223.186)</u>	<u>(113.142)</u>	<u>(89.912)</u>	<u>(28.844)</u>
Total do resultado financeiro		<u>(132.121)</u>	<u>(60.060)</u>	<u>(22.272)</u>	<u>4.796</u>

26. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	338.649	(20.316)	321.711	(35.723)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(115.141)	6.907	(109.382)	12.146
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(2.486)	(1.949)	(2.486)	(1.948)
Perda no ganho de participação	-	(1.788)	-	(1.788)
Resultado da equivalência patrimonial	(1.245)	(8.446)	15.099	14.378
Gastos na emissão de ações	-	1.919	-	1.919
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	35.526	12.657	-	-
Efeito da perda no investimento	(108.320)	-	(108.320)	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(6.147)	(1.344)	(6.147)	(1.344)
Prejuízo fiscal e base negativa	(22.644)	(23.363)	7.717	(23.363)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(220.457)</u>	<u>(15.407)</u>	<u>(203.519)</u>	<u>-</u>

A Controladora apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2015, a Controladora utilizou parte dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social acumulados, restando saldo a compensar para os quais não foram registrados impostos diferidos por não terem uma perspectiva de lucros tributáveis futuros. Segue quadro demonstrativo abaixo:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	22.697	-
Prejuízo fiscal do exercício	-	(68.714)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(194.437)</u>	<u>(125.723)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(171.740)</u>	<u>(194.437)</u>

O imposto apresentado na posição consolidada refere-se, além do imposto da Controladora, às controladas no regime de lucro presumido: Espira, os parques eólicos do LER 2009 (saldos até setembro de 2015), LER 2010 e LEN 2011 (A-3), e no regime de lucro real: as subholdings Bahia Eólica e Salvador Eólica (saldos até setembro de 2015) e Chipley.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

27. Transações com partes relacionadas

	Vigência		Controladora			
			Ativo		Passivo	Resultado financeiro
	Início	Fim	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015 31/12/2014
<u>Mútuo</u>						
Espra (contrato 1)	10/07/2009	31/12/2014	-	-	-	(428)
Espra (contrato 2)	27/10/2015	31/12/2016	-	-	32.833	(402)
Renova Comercializadora	15/12/2015	31/12/2016	-	-	49.288	(143)
Salvador Eólica	27/05/2011	31/08/2015	-	1.106	-	62
Bahia Eólica	17/10/2011	31/08/2015	-	578	-	29
Total			-	1.684	82.121	(454) 670
<u>Outros saldos</u>						
Nova Renova ^(*)			-	38.452	-	-
Nova Energia ^(*)			34.608	-	-	-
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>						
Chipley ^(**)			-	14.927	-	-
Total			34.608	55.063	82.121	(454) 670

(*) Saldos de partes relacionadas reflexo da operação da Companhia com suas controladas Nova Renova S.A. e Nova Energia S.A. de acordo com o seu Estatuto Social.

(**) O contrato de Adiantamento para futuro aumento de capital não reúne as condições necessárias para caracterizá-lo como investimento.

	Consolidado	
	Passivo	Resultado financeiro
	31/12/2015	31/12/2015
<u>Adiantamento de clientes</u>		
Renova Comercializadora	60.522	(522)

27.1 Mútuos

Contas a pagar – correspondem a mútuos realizados com as controladas apresentadas no quadro com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da controladora.

Esses contratos estão sujeito a correção pela TJLP, acrescido de juros que podem variar de 0,25% a 0,5% a.a..

Os saldos de mútuo (contas a receber) em 31 de dezembro de 2014, foram quitados em agosto de 2015.

27.2 Comercialização

Contrato de compra e venda de energia com a Light

Em agosto de 2011 a Companhia assinou um compromisso de compra e venda de energia com a Light Energia, no qual a Renova irá entregar 200,4 MW(*) médios de energia eólica, correspondentes a 403,5 MW(*) de capacidade instalada, sendo que os parques terão início de geração entre 2015 e 2016. Do montante total de 200,4 MW(*), 1/3 da energia foi comercializada com a LIGHTCOM Comercializadora de Energia S.A. e 2/3 com CEMIG GT.

Contrato de compra e venda de energia com a CEMIG

Em 15 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a antecipação do pagamento de R\$60.000 referente ao contrato de compra e venda de energia celebrado entre a Renova Comercializadora e a CEMIG em 25 de março de 2014, considerando que este valor será atualizado para efeito de quitação, a uma taxa de 150% do CDI divulgado pela Cetip acumulado entre as datas do adiantamento até a data da liquidação. A quitação do adiantamento se dará com a entrega de energia e emissão de notas fiscais referentes aos ciclos de faturamento a partir de janeiro de 2017 e seguintes até a quitação integral do valor adiantado. São garantias da operação o penhor de ações da holding Alto Sertão detidas por Renova e Renovapar.

Contrato de gestão de ativos (Asset Management Agreement)

Em 18 de setembro de 2015 a Companhia assinou contrato de prestação de serviços de gestão de ativos com TerraForm para gerir os ativos alienados na Operação (Bahia Eólica e Salvador Eólica). Pela prestação deste serviço a Renova receberá um valor anual de R\$3.639 e ficará responsável pela gestão diária das operações, gestão de contratos, gestão financeira, contábil e demais gestões constantes no contrato. No exercício a Companhia recebeu o montante de R\$910 (vide nota 23).

(*) Informações não auditadas pelos nossos auditores independentes.

27.3 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$10.330 e R\$8.738, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria paga pela Companhia no exercício

	31/12/2015			31/12/2014		
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total
Número de membros	4,17	4,58	8,75	4,42	1,75	6,17
Remuneração fixa acumulada	2.279	2.582	4.861	2.434	1.181	3.615
Salário ou pró-labore	2.029	2.237	4.266	2.154	1.108	3.262
Benefícios diretos e indiretos	250	345	595	280	73	353
Remuneração por participação em comitê	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	3.533	697	4.230	2.129	2.395	4.524
Bônus	3.460	674	4.134	1.212	2.117	3.329
Pagamento baseado em ações	73	23	96	917	278	1.195
Encargos	477	762	1.239	334	265	599
Benefícios pós emprego	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração por órgão	<u>6.289</u>	<u>4.041</u>	<u>10.330</u>	<u>4.897</u>	<u>3.841</u>	<u>8.738</u>

Remuneração média mensal da Diretoria

	31/12/2015		31/12/2014	
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária
Número de membros	4,17	4,58	4,42	1,75
Valor da maior remuneração individual	196	61	1.757	2.013
Valor da menor remuneração individual	37	40	877	172
Valor médio de remuneração individual	122	50	1.176	768

27.4 Pagamentos baseados em ações

27.4.1 Informações do plano de compra de ações da Companhia

A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações (“PBA”) instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei 6.404/76. De acordo com as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, conforme aprovadas pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010, o plano estabelece que sejam elegíveis como beneficiários os administradores, executivos e empregados da Companhia, bem como as pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle. Conforme contratos de PBA por beneficiários, estes podem receber opções para a compra de ações por um preço de exercício de R\$0,34 (trinta e quatro centavos) ou R\$38,42 (trinta e oito reais e quarenta e dois centavos) por *unit* (correspondente a uma ação ordinária e duas preferenciais) referentes aos dois programas da Companhia para o PBA, “Programa 2011” e “Programa 2013” (série 1), respectivamente, sendo que o preço de exercício do Programa 2013 (série 1) é atualizado pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M/FGV) até a data do exercício.

O Programa 2011 foi elaborado visando o alto desempenho de seus projetos Eólicos, em que as outorgas e *vestings* são simultâneos e totalmente ligados ao sucesso dos marcos de cada projeto que são: 1) o sucesso no leilão de energia; 2) a obtenção do financiamento sênior; 3) entrada em operação do parque; e 4) aniversário de um ano da entrada em operação, sendo calculado ao percentual de 3% do Valor Presente Líquido do projeto calculado na data dos marcos contratados. A Companhia ainda distribuiu ações a título de sucesso na Oferta Pública Inicial (IPO) e acordos com executivos-chave, em que o último vesting ocorreu em 2015. Em 26 de junho de 2013 o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela suspensão do Programa 2011, não sendo permitido o ingresso de novos participantes e limitando-o aos projetos comercializados entre dezembro de 2009 até junho de 2013. Os beneficiários contemplados continuarão participando deste programa até o término de todos os marcos desses projetos que tem previsão do último marco ocorrer no ano de 2016. Na mesma data, foi aprovado outro programa: Programa 2013, em que as outorgas são exercíveis em até 6 anos, ou seja, de dezembro de 2014 a 2020, sendo o *vesting* ao longo de 4 anos (25% ao ano), subsequentes a data da outorga.

A outorga de opções deve respeitar sempre o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do plano. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito às qualidades de acionista da Companhia, incluindo o direito de receber dividendos. As opções podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data em que expiram. Uma vez exercida a opção, as ações objeto da respectiva opção serão emitidas por meio de aumento de capital da Companhia, a ser deliberado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia.

A quantidade de opções concedidas é calculada de acordo com uma fórmula baseada no desempenho e aprovada pelos acionistas através de Assembleia Geral realizadas. A fórmula recompensa os administradores, executivos e empregados elegíveis à medida que as metas da Companhia são alcançadas em relação a critérios qualitativos e quantitativos definidos anteriormente.

Os seguintes contratos de pagamentos baseados em ações vigoraram durante os exercícios atual e anterior:

Projeto	Quantidade de Units	Data de outorga	Preço de exercício	Valor justo na data da outorga	
				unitário	total
			R\$/Unit	R\$/Unit	R\$ mil
Programa 2011					
Acordo executivo-chave	48.000	2011	0,34	33,15	1.591
Acordo executivo-chave	54.000	2012	0,34	26,76	1.445
LER 2010 - 2o marco	72.772	2014	0,34	29,40	2.139
LER 2010 - 3o marco	78.693	2015	0,34	29,40	2.314
LER 2010 - 4o marco	215.340	previsto 2016	0,34	29,40	6.331
LEN 2011 - 2o marco	34.106	2014	0,34	29,40	1.003
LEN 2011 - 3o marco	37.841	previsto 2016	0,34	29,40	1.113
LEN 2011 - 4o marco	101.468	previsto 2016	0,34	29,40	2.983
Programa 2013	148.173	2014	39,70	9,61	1.424

O efeito das opções no exercício foi de R\$ 70 (2014, R\$ 109) reconhecido em contrapartida do patrimônio líquido.

Para o Programa 2013 não houve movimentação do número de opções no exercício de 2015.

27.4.2 Valor justo das opções de compra de ações

As opções foram precificadas de acordo com um modelo matemático *Black-Scholes*. Quando relevante, a expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício (incluindo a probabilidade de atender às condições no mercado ligadas à opção) e aspectos comportamentais. A volatilidade esperada baseia-se na volatilidade de preços histórica dos últimos cinco anos.

Não houve no exercício de 2015 o exercício de opções de compra de ações.

28. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	38.229	538.697	38.229	538.697
Outros ativos financeiros	174.397	-	174.397	-
Contas a receber de clientes	26.655	68.627	26.655	68.627
Cauções e depósitos vinculados	51.201	40	51.201	40
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	20.514	160.487	20.514	160.487
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	570.006	100.200	570.006	100.200
Empréstimos e financiamentos	716.673	356.243	709.938	355.442
Debêntures	53.684	936	52.646	884
Não circulante				
Fornecedores	31.471	-	31.471	-
Empréstimos e financiamentos	1.046.231	1.928.177	955.307	1.917.051
Debêntures	662.948	573.676	654.365	572.315

Controladora				
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	19.813	198.831	19.813	198.831
Outros ativos financeiros	174.397	-	174.397	-
Contas a receber de clientes	2	-	2	-
Cauções e depósitos vinculados	51.201	40	51.201	40
Não circulante				
Partes relacionadas	34.608	55.063	34.608	55.063
Cauções e depósitos vinculados	20.511	-	20.511	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	47.738	10.989	47.738	10.989
Empréstimos e financiamentos	85.979	-	85.979	-
Debêntures	47.173	269	46.230	217
Não circulante				
Debêntures	500.000	500.000	492.275	498.639

b. Categorias de instrumentos financeiros

Abaixo demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado								
	31/12/2015				31/12/2014				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros									
Circulante									
Aplicações financeiras	-	38.229	-	-	38.229	-	538.697	-	538.697
Outros ativos financeiros	-	174.397	-	-	174.397	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	26.655	-	-	-	26.655	68.627	-	-	68.627
Cauções e depósitos vinculados	51.201	-	-	-	51.201	40	-	-	40
Não circulante									
Cauções e depósitos vinculados	20.514	-	-	-	20.514	160.487	-	-	160.487
Investimento TerraForm	-	-	443.672	-	443.672	-	-	-	-
Passivos Financeiros									
Circulante									
Fornecedores	-	-	-	570.006	570.006	-	-	100.200	100.200
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	709.938	709.938	-	-	355.442	355.442
Debêntures	-	-	-	52.646	52.646	-	-	884	884
Não circulante			-						
Fornecedores	-	-	-	31.471	31.471	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	955.307	955.307	-	-	1.917.051	1.917.051
Debêntures	-	-	-	654.365	654.365	-	-	572.315	572.315

	Controladora								
	31/12/2015					31/12/2014			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros									
Circulante									
Aplicações financeiras	-	19.813	-	-	19.813	-	198.831	-	198.831
Outros ativos financeiros	-	174.397	-	-	174.397	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	2	-	-	-	2	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	51.201	-	-	-	51.201	40	-	-	40
Não circulante									
Partes relacionadas	34.608	-	-	-	34.608	55.063	-	-	55.063
Cauções e depósitos vinculados	20.511	-	-	-	20.511	-	-	-	-
Investimento TerraForm	-	-	443.672	-	443.672	-	-	-	-
Passivos financeiros									
Circulante									
Fornecedores	-	-	-	47.738	47.738	-	-	10.989	10.989
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	85.979	85.979	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	46.230	46.230	-	-	217	217
Não circulante									
Debêntures	-	-	-	492.275	492.275	-	-	498.639	498.639
Partes relacionadas	82.121	-	-	-	82.121	-	-	-	-

c. Mensuração pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo.

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	38.229	-	38.229	-
Outros ativos financeiros	188.595	188.595	-	-
Investimento TerraForm (disponível para venda)	443.672	443.672	-	-
Total	<u>670.496</u>	<u>632.267</u>	<u>38.229</u>	<u>-</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Valor justo em 31 de dezembro de 2014		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	<u>538.697</u>	<u>-</u>	<u>538.697</u>	<u>-</u>

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros ativos financeiros: elaborado levando-se em consideração o modelo matemático de *Black-Sholes* e a expectativa futura da taxa de câmbio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d. Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures captados pela Companhia e suas Controladas apresentados na nota 17, possuem como contrapartes o BNB, BNDES e Debenturistas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao CDI, TJLP e Taxa pré-fixada.

e. Análise de sensibilidade (Consolidado)

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2015		14,15%	14,15%	14,15%
Aplicações financeiras:	Baixa do CDI	38.229	38.229	38.229
Taxa anual estimada do CDI para 2016		14,00%	10,50%	7,00%
Efeito anual nas aplicações financeiras:				
Ganho				
Perda		(58)	(1.414)	(2.770)
Câmbio (em R\$)		4,07	5,09	6,11
Outros ativos financeiros:	Baixa do câmbio	188.595	124.560	84.562
Perda		-	(64.035)	(104.033)
Taxa de juros		0,16%	0,20%	0,24%
Outros ativos financeiros:	Baixa dos juros	188.595	188.560	188.526
Perda		-	(35)	(69)
Volatilidade da opção de ação		98,68%	74,01%	49,34%
Outros ativos financeiros:	Baixa da volatilidade	188.595	186.382	185.847
Perda		-	(2.213)	(2.748)
Investimento TerraForm	Baixa do câmbio	443.672	332.754	221.836
Perda		-	(110.918)	(221.836)
Investimento TerraForm	Baixa das ações	443.672	332.754	221.836
Perda		-	(110.918)	(221.836)

Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2015		14,15%	14,15%	14,15%
Debêntures				
DEBÊNTURES - RENOVA ENERGIA	Alta do CDI	547.173	547.173	547.173
Taxa anual estimada do CDI para 2016		14,00%	17,50%	21,00%
Efeito anual nas debêntures:				
Ganho		(1.013)	-	-
Perda		-	22.629	46.271
Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2015		7,00%	7,00%	7,00%
Empréstimos e financiamentos:				
BNDES - LP - Renova Eólica	Alta da TJLP	1.022.288	1.022.288	1.022.288
BNDES - CP - Diamantina Eólica	Alta da TJLP	534.556	534.556	534.556
Taxa anual estimada da TJLP para 2016		7,50%	9,38%	11,25%
Efeito anual nos empréstimos:				
Perda		7.784	36.975	66.166

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 14%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (10,50% a.a.) e 50% (7,00% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para as debêntures que são vinculadas à taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento de 25% (17,50%) e 50% (21,00%), respectivamente.

Para os outros ativos financeiros que são representados por opção de venda de ações, descritas na nota explicativa nº 8, consideramos como variáveis para stress e análise de sensibilidade a moeda estrangeira; a taxa de juros e a volatilidade do preço da ação.

Com relação à moeda estrangeira, a Companhia está exposta à taxa de câmbio do Real para o US dólar pelo fato da opção de venda estar relacionada a investimento em ações de companhia norte-americana, conforme descrito nas notas 1.4b e 8. Para a análise de sensibilidade foi considerado em relação a esta moeda um cenário provável com o câmbio de R\$4,07 (quatro reais e sete centavos) por dólar. Os cenários II e III consideram um aumento da taxa de câmbio em 25%, com o câmbio de R\$5,09 (cinco reais e nove centavos) por dólar e em 50%, a R\$6,11 (seis reais e onze centavos) por dólar, respectivamente.

Para sensibilidade da taxa de juros, considerou-se o cenário provável da taxa de juros, vinculadas ao *US Treasury notes* com horizonte de seis meses (0,16%). Os cenários II e III consideram um aumento dessa taxa em 25% (0,20%) e 50% (0,24%), respectivamente.

Consideramos também a volatilidade do preço da ação da TerraForm que para um cenário provável é representado por uma volatilidade de 98,68%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa volatilidade do preço de opção de ação em 25% (74,01%) e em 50% (49,34%), respectivamente.

Para os empréstimos e financiamentos vinculados à TJLP, a Companhia e suas controladas consideraram um cenário provável com base na taxa para o quarto trimestre de 2015 obtida do BNDES o qual espera-se a manutenção desta taxa para o horizonte de um ano, 7,50%. Os cenários II e III consideram uma alta dessas taxas em 25% (9,38%) e 50% (11,25%), respectivamente. Observa-se que o spread médio ponderado nas aplicações financeiras e nos empréstimos são: (i) 101,36% do CDI nas aplicações financeiras; (ii) 2,59% + TJLP para os empréstimos com BNDES e (iii) 123,45% do CDI para a debêntures.

Os efeitos (aumento/redução) demonstrados nessa análise de sensibilidade referem-se às variações das taxas de juros consideradas para os cenários I, II e III em relação à taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2015.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e de suas controladas. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f. Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da controlada e controladora em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Conforme mencionado na nota 1.5 em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante consolidado da Companhia é de R\$1.497.006, enquanto o ativo circulante é de R\$550.630. O capital circulante líquido negativo é em função, principalmente, do empréstimo-ponte assinado com o BNDES no valor de R\$500.000. O empréstimo-ponte possui vencimento em 15 de junho de 2016 ou na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo a ser assinado entre o BNDES e a Companhia, o que ocorrer primeiro.

A Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluem: a) estruturação de empréstimos com prazos mais longos e adequado às necessidades atuais. A Companhia está em entendimentos finais para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$823.000 com o BNDES que irá substituir o empréstimo-ponte tomado, e o restante será utilizado para conclusão das obras relacionadas ao projeto, liberando assim o caixa da Companhia. A expectativa da Companhia é que esta liberação ocorra no segundo trimestre de 2016; b) o aumento de capital na Renova no valor de até R\$ 731.248, cujos aportes devem ocorrer até maio de 2015 (vide nota 34.4), reforçando o caixa da Companhia; c) Contrato de Suporte de Acionistas assinado em 26 de fevereiro de 2016, no qual os acionistas do bloco de controle se obrigam a aportar recursos na Companhia caso haja insuficiência de recursos disponíveis para o pagamento da 2ª e das demais parcelas dos juros remuneratórios das Debêntures nas respectivas datas de pagamento; d) reestruturação e redução dos gastos administrativos; e e) postergação de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa da Companhia.

f.1. Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que

a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo Renova deve quitar as respectivas obrigações.

	Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	93.966	622.707	371.326	674.905	1.762.904
Debêntures - principal e encargos	-	53.684	369.636	293.312	716.632
Fornecedores - aquisição de projetos	21.521	62.942	31.471	-	115.934
Total	115.487	739.333	772.433	968.217	2.595.470

	Controladora				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	72.829	13.150	-	-	85.979
Debêntures - principal e encargos	-	47.173	285.713	214.287	547.173
Total	72.829	60.323	285.713	214.287	633.152

g. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

		Valor contábil			
		Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros	Nota				
Circulante					
Contas a receber de clientes	9	26.655	68.627	2	-
Outros ativos financeiros	8	174.397	-	174.397	-

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das

condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h. Gestão de capital

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.372.256	2.845.692
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(77.891)	(595.617)
Dívida líquida	2.294.365	2.250.075
Patrimônio líquido	2.627.916	2.509.641
Índice de alavancagem financeira - %	87%	90%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

i. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

j. Risco da escassez hidrológica

A controlada indireta Energética Serra da Prata S.A. e a controlada em conjunto Brasil PCH geram energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega de energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de longo prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção de uma PCH, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das demais está inserida no Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

29. Lucro por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	118.192	(35.723)
<u>Lucro (prejuízo) por ação básico:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	318.719	253.551
Lucro (prejuízo) por ação básico (em R\$)	<u>0,371</u>	<u>(0,141)</u>
<u>Lucro (prejuízo) por ação diluído:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	318.719	253.551
Efeito dilutível das opções de compra de ações (em milhares)	478	297
Total de ações aplicáveis à diluição (em milhares)	319.197	253.848
Lucro (prejuízo) por ação diluído (em R\$)	<u>0,370</u>	<u>(0,141)</u>

30. Ativos classificados como mantidos para venda

30.1 Controladora

Composição dos investimentos na controladora:

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/12/2015</u>
Energética Serra da Prata S.A.	111.442

30.2 Consolidado

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015

<u>ATIVOS</u>	<u>Espra</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Espra</u>
CIRCULANTES		CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	677	Fornecedores	2.248
Aplicações financeiras	6.672	Financiamentos	6.103
Contas a receber de clientes	2.814	Impostos a recolher	1.067
Impostos a recuperar	345	Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	20.668
Adiantamentos a fornecedores	149	Dividendos a pagar	3.998
Despesas antecipadas	44	Total dos passivos circulantes	34.084
Total dos ativos circulantes	10.701		
NÃO CIRCULANTES		NÃO CIRCULANTES	
Cauções e depósitos vinculados	14614	Financiamentos	84.658
Partes relacionadas	32.833	Total dos passivos não circulantes	84.658
Impostos diferidos	1.672		
Outros créditos	25	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	170.339	Capital social	87.720
Total dos ativos não circulantes	219.483	Reserva de lucros	17.137
		Lucro do exercício	6.585
		Total do patrimônio líquido	111.442
TOTAL DOS ATIVOS	230.184	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	230.184

Classificados como:

Ativos classificados como mantidos para venda	197.351
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda	114.744

Demonstrações dos fluxos de caixa e do resultado em 31 de dezembro de 2015

	<u>Espra</u>
Lucro dos ativos classificados como mantidos para venda	
Receita	25.508
Custos e despesas	<u>(16.460)</u>
Lucro antes dos impostos	9.048
Imposto de renda e contribuição social	<u>(2.463)</u>
Lucro líquido do exercício	<u><u>6.585</u></u>
Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda	
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	3.534
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(10.484)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(6.874)</u>
Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(13.824)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.501
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	677
Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(13.824)</u></u>

Conforme fatos relevantes divulgados pela Companhia nos dias 7 de maio, 15 de julho e 18 de setembro de 2015, a Companhia realizou operação de alienação dos ativos do projeto Espra e dos ativos do projeto Bahia, e permuta de ações do projeto Salvador

No dia 18 de setembro de 2015, a Companhia celebrou o fechamento parcial da primeira fase da operação com a TerraForm Global, com a conclusão da alienação/permuta dos projetos Bahia e Salvador. O fechamento da alienação dos projetos da Espra ainda está sujeito ao cumprimento de determinadas obrigações, permanecendo esses ativos registrados na linha de ativos mantidos para a venda.

31. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

Riscos de geração, construção e transmissão:

Operação				
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia - obrigações contratuais	R\$ 44	08/09/2014	08/09/2016	COELBA
Riscos operacionais	R\$ 100.000	25/09/2015	25/09/2016	ESPRA
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	25/09/2015	25/09/2016	ESPRA
Riscos operacionais (LER 2010 e LEN 2011)	R\$ 656.766	10/10/2014	10/10/2016	Renova Energia
Responsabilidade civil (LER 2010 e LEN 2011)	R\$ 20.000	10/10/2014	10/10/2016	Renova Energia

Construção				
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia executante construtor (LEN 2012 (A-5))	R\$ 3.144	02/04/2013	01/04/2017	CCEE
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 31.750	05/12/2013	15/05/2016	CCEE
Garantia de construção (LEN 2013 (A-5))	R\$ 72.267	28/04/2014	01/08/2018	CCEE
Garantia executante construtor (ACL)	R\$ 108.318	19/09/2014	31/01/2017	ANEEL
Responsabilidade civil (ACL)	R\$ 20.000	14/11/2014	01/01/2017	Renova Energia
Garantia de construção (LEN 2014 (A-5))	R\$ 20.633	01/04/2015	01/07/2019	CCEE
Garantia de execução do fiel cumprimento (LER 2014)	R\$ 33.903	04/03/2015	01/04/2018	ANEEL
Risco de engenharia (ACL)	R\$ 3.053.727	14/11/2014	01/01/2017	Renova Energia
Risco de Transporte (ACL)	R\$ 2.350.000	14/11/2014	01/01/2017	Renova Energia
Garantia construção LEN 2011	R\$ 10.691	21/08/2015	17/02/2016	ANEEL
Garantia de registro	R\$ 657	12/08/2015	15/09/2016	ANEEL

Administração e Portfólio				
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 30.000	31/01/2015	31/01/2016	Renova Energia
Rd equipamento (medidor de ventos - Lidar)	R\$ 916	12/09/2014	12/09/2016	Renova Energia
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 7.500	07/11/2014	07/11/2016	Renova Energia
Seguro automóvel - Frota	R\$ 125	15/08/2015	15/08/2016	Renova Energia
Participação LER 2015	R\$ 24.694	13/08/2015	14/02/2016	Renova Energia
Executante construtor - LEN 2011	R\$ 7.861	21/08/2015	15/02/2016	ANEEL

32. Compromissos

A Companhia e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos assumidos relativos a construção e manutenção dos seus parques eólicos, incluindo aquisições de máquinas e equipamentos, no valor de R\$4.303.569, construção civil, no valor de R\$438.507.

33. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Encargos financeiros capitalizados	15.2, 15.4, 17.4	70.495	99.497	7.495	17.935
Rendimentos financeiros capitalizados	15.2	(3.867)	(6.392)	-	-
Custo de captação capitalizados	15.2, 17	-	(26)	-	-
Integralização de capital em controladas com ativo imobilizado	15.4	-	-	273.318	49.077
Aumento de capital pela Cemig através de cessão de crédito do adiantamento p/futuro aumento de capital na Chipley	14	-	739.943	-	739.943
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	15.2	429.204	63.441	-	-
Provisão para custos socioambientais	21	(3.888)	14.610	-	-
Pagamentos de empréstimos e notas promissórias com novo financiamento	17	-	1.000.000	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos com novo financiamento	17	-	47.894	-	-
Ganho na permuta de ações - Projeto Salvador	1.4, 14	845.026	-	845.026	-

34. Eventos subsequentes

34.1 Operação comercial LEN 2011 (A-3)

Em 4 de janeiro de 2016, a ANEEL, publicou o Despacho nº 4.165, liberando as controladas indiretas Centrais Eólicas Borgo S.A., Centrais Eólicas Caetité S.A., Centrais Eólicas Espigão S.A., Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. e Centrais Eólicas Pelourinho S.A. para início da operação comercial a partir de 1º de janeiro de 2016.

34.2 Repactuação do risco hidrológico

Em 15 de janeiro de 2016 a controlada indireta Espra protocolou junto a ANEEL pedido de adesão a repactuação do risco hidrológico das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa, com base na Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, optando pela classe de produto SP100, com fator f igual zero e prêmio de risco unitário de 9,50 R\$/MWh (referenciado à data-base de janeiro de 2015). Os efeitos da repactuação serão contabilizados em 2016.

34.3 Troca de garantia das debêntures da Renova Energia

Em 28 de janeiro de 2016, foi assinado o segundo aditamento do Instrumento particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações da Renova Energia, alterando as garantias para:

- alienação fiduciária de 99,99% das ações de emissão da Chipley, detentora de 51% de participação da Brasil PCH;
- cessão fiduciária do fluxo de dividendos provenientes da Chipley que venha a ser atribuído a Renova, do fluxo de dividendos da Brasil PCH que venha a ser atribuído a Chipley;
- cessão fiduciária do fluxo de dividendos proveniente da Nova Energia atribuído a Renova do fluxo de dividendos provenientes da Renova Eólica decorrente da participação societária das companhias integrantes do LER 2010 e LEN 2011;
- alienação de 100% das ações de emissão da Nova Energia, controladora da Renova Eólica;
- penhor e/ou alienação fiduciária sobre 100% das ações livres de emissão da TerraForm Global de titularidade da Renova desde que represente, no mínimo 94% do total das ações representativas do capital social da TerraForm Global de propriedade da Renova, sobre os dividendos decorrentes de tais ações e sobre os direitos emergentes da opção de venda de 7.000.000 de ações de emissão da TerraForm Global que tem a SunEdison como contraparte.

34.4 Aumento de capital

Em 2 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital no valor de até R\$731.248 mediante a emissão de até 81.587.997 novas ações ordinárias e de até 28.208.946 novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação ordinária ou preferencial de R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) e de R\$19,98 por unit.

Até a presente data, foi aportado pela CEMIG o montante de R\$200.000, sendo R\$85.000 em 3 de fevereiro de 2016 e R\$115.000 em 1 de março de 2016.

34.5 Liberação empréstimo-ponte

Em 18 de fevereiro de 2016, o BNDES liberou R\$165.000 referente a empréstimo-ponte para a controlada indireta Diamantina. O recurso liberado será utilizado na construção dos parques eólicos relacionados aos projetos LER 2013, LEN 2012 (A-5) e mercado livre.

* * *

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor-Presidente interino e Diretor Vice-Presidente
de Finanças, Desenvolvimento de Negócios e
Relações com Investidores

Ricardo de Lima Assaf
Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de
Relações Institucionais

Ney Maron de Freitas
Diretor Vice-Presidente de Meio Ambiente e
Sustentabilidade

Reinaldo Cardoso da Silveira
Contador CRC 014311-0/0-S- SP